

Ampla mobilização para a conferência comunista

A realização da 9ª Conferência Nacional é uma afirmação do caráter democrático do Partido Comunista do Brasil. O conjunto da militância está discutindo o rumo político e o posicionamento dos comunistas após a vitória obtida nas eleições presidenciais de outubro de 2002 e a formação do governo Lula. A Conferência está destinada a ser o instrumento central da ativação militante do PCdoB em todo o país.

O PCdoB é uma força em expansão e com crescente prestígio

nos círculos democráticos e progressistas. Estamos diante de uma nova situação, extremamente desafiadora e a mais favorável que já se colocou na nossa história.

Esta edição da **Classe** circula juntamente com a **Tribuna de Debates** da 9ª Conferência, além de trazer vários artigos de dirigentes comunistas sobre a situação política nacional e internacional e sobre este grande momento de democracia vivido pelo PCdoB. Na última página, artigo analisa a importância de **A Classe Operária**, que no próximo dia 1º de

Maio completa 78 anos de existência como órgão central dos comunistas brasileiros. Um jornal a serviço do fortalecimento da unidade ideológica e de organização do Partido, instrumento de combate à confusão ideológica e ao praticismo. Publicação da direção nacional de um Partido que tem por meta dirigir a luta da classe operária e demais trabalhadores pela emancipação social e política e pela construção da sociedade socialista.

Páginas 3, 4, 6 e de 10 a 15



Dirceu (ao centro) ouve Renato Rabelo durante a reunião

Dirceu se reúne com Renato Rabelo e bancada do PCdoB

RITA POLLI

Com a presença de Renato Rabelo, presidente do PCdoB, a bancada comunista na Câmara Federal reuniu-se dia 22 no Palácio do Planalto com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. A reunião durou cerca de uma hora e meia e acertou uma agenda de debates mais permanente entre o PCdoB e o governo, centrado na discussão de uma política de desenvolvimento econômico.

Dirceu destacou como de grande importância a discussão sobre o modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil e afirmou querer acompanhar pessoalmente a discussão. Ele sugeriu a realização ainda neste semestre de um seminário entre integrantes do governo e lideranças do PCdoB, onde o tempo ampliado dos debates permita aprofundar o tema.

“Os grandes temas nacionais, como as reformas, precisam ser examinados com cuidado e a nos-

sa preocupação é com o permanente diálogo em benefício do êxito das iniciativas de governo, com base nas propostas e sugestões do PCdoB”, afirmou, após o encontro, Inácio Arruda, líder da bancada comunista.

José Dirceu recebeu dos deputados o documento entregue na última semana pela bancada ao ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que defende a Previdência pública marcada pela inclusão e capaz de reconstruir o Estado desmontado pelo governo anterior. O documento propõe uma auditoria nas contas da Previdência, a manutenção do regime próprio e da aposentadoria integral para os servidores públicos.

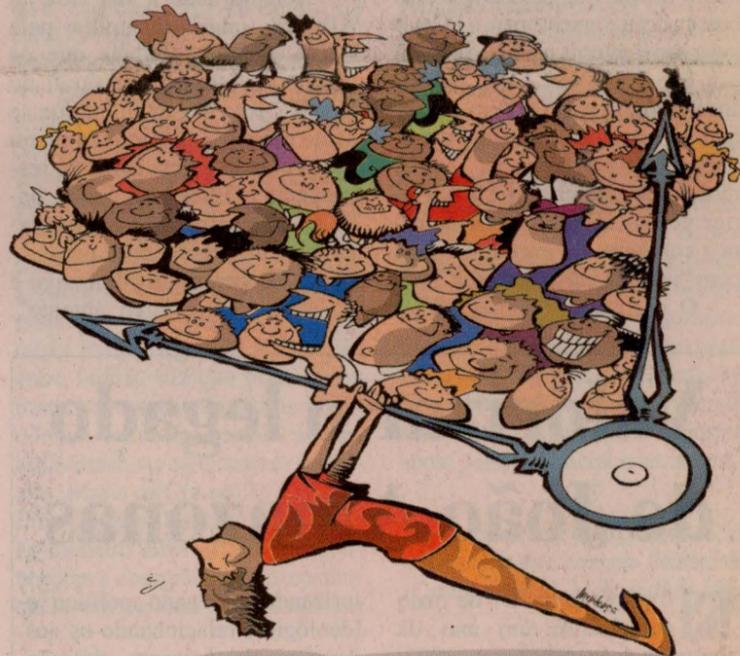
O Ministro foi receptivo às sugestões e reafirmou o prazo de 30 de abril para o governo ouvir todas as propostas e encaminhar ao Congresso a PEC da reforma da Previdência para que o debate possa ser iniciado de forma ampla nos diversos segmentos da sociedade.

1º de Maio pela redução da jornada, mais emprego, mais vida

CORRENTE SINDICAL
CLASSISTA, UNIÃO DA
JUVENTUDE SOCIALISTA

O desemprego em massa transformou-se no mais sério problema social do Brasil hoje. É também uma preocupação do governo Lula, que assumiu o compromisso de tomar iniciativas urgentes para solucioná-lo. Uma das principais medidas nesse sentido é a redução da jornada de trabalho, que em nosso país é uma das maiores de todo o mundo. Estimativas de muitos economistas e do Dieese indicam que a fixação em Lei, ou seja, na Constituição, da jornada de trabalho máxima de 40 horas semanais (atualmente é de 44 horas) pode gerar 1,8 milhão de empregos ou ainda mais se for acompanhada da restrição das horas extras. No Congresso Nacional já está tramitando um projeto do deputado Inácio Arruda e do senador Paulo Paim propondo reduzir a jornada para 40 horas semanais num primeiro momento e, posteriormente, para 35 horas, projeto este que deve ser a base da nossa luta.

Os benefícios da medida não se limitam à diminuição do desemprego. Está comprovado que contribui também para amenizar as doenças profissionais, além de ampliar o tempo livre que a classe trabalhadora pode dedicar ao lazer, à família e à educação. Reduzir jornada sem reduzir salários



produz um aumento da massa salarial e uma redistribuição da renda que vai incrementar a demanda interna, aumentar as vendas do comércio e conseqüentemente estimular a economia nacional e o desenvolvimento. Representará ao mesmo tempo um alívio para os cofres da Previdência, na medida em que mais trabalhadores e trabalhadoras estarão contribuindo para o INSS.

A redução da jornada é um objetivo programático do governo Lula que merece todo o apoio da classe trabalhadora e da sociedade, mas, é preciso ter consciência de que esta reivindicação só será

conquistada com muita luta, muita unidade e uma ampla mobilização da opinião pública, uma vez que setores do patronato se opõem a tal medida.

Por isto é indispensável que a classe trabalhadora, incluindo quem está desempregado, tome a frente desta luta.

Dê a sua contribuição, ajude o governo Lula a combater o desemprego participando das atividades da campanha nacional pela redução da jornada de trabalho, na Lei e sem redução de salários. São bandeiras históricas, que serão levada pelos trabalhadores também nas manifestações deste 1º de Maio.

Manifestações contra ocupação do Iraque

A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB divulgou uma nota enfatizando a necessidade de “seguir com as mobilizações contra os intentos de Bush

e seus asseclas”, face à realidade criada com a ocupação de Bagdá e outras cidades iraquianas.

Veja a íntegra do texto na página 9

Em favor do salário mínimo

A bancada do PCdoB apresentou duas emendas à Medida Provisória 116/03, pela qual o presidente Lula fixou em R\$ 240 o valor mensal do salário mínimo a partir de abril. A primeira emenda propõe a concessão de 10% de

reajuste semestralmente, independentemente do aumento anual, a título de reposição, para que ao final de quatro anos o valor real do salário mínimo seja o mesmo atendendo à promessa de campanha do presidente Lula, recente-

mente reafirmada. A segunda propõe a concessão de uma gratificação anual, de R\$ 240,00, a todos os assalariados do setor privado (uma espécie de 14º salário).

PCdoB

Rio de Janeiro homenageia Renato Rabelo e Ana Rocha

Em Sessão Solene realizada na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, mais de 400 pessoas, entre militantes e amigos do PCdoB, lotaram o plenário da Casa para ver o presidente nacional do Partido, Renato Rabelo, e a presidente do PCdoB/RJ, Ana Rocha, receberem a medalha Pedro Ernesto e o título de cidadão honorário da cidade do Rio de Janeiro, durante a comemoração dos 81 anos do Partido.

Presidida pelo vereador Fernando Gusmão, a solenidade teve a participação do deputado estadual Edmilson Valentim (PCdoB), do secretário estadual de Energia, Petróleo e Indústria Naval, Wagner Victor; do deputado estadual e presidente do PT/RJ, Gilberto Palmares; do vice-prefeito de Aracajú, Edvaldo Nogueira; do presidente da Câmara de Vereadores do Rio, Sami Jorge (PDT); do vereador Rubens Andrade, representando a liderança do PSB; além de diversas outras personalidades representando diversos segmentos sociais.

Após a execução do Hino Nacional e a declamação da poesia "Meu Partido", de Pablo Neruda, o vereador Fernando Gusmão afirmou ser esta uma justa homenagem a dois camaradas "que deram muito de sua vida pessoal e contribuíram decisivamente para o PCdoB jogar papel na cena política do Brasil e do Rio de Janeiro". Citou Renato como um dirigente sereno e tranquilo, "mas com firmeza e determinação impressionantes", e afirmou ser Ana Rocha uma brava dirigente comunista, importante para a condução do Partido no Rio, com "jeitinho carioca de ser".

O secretário Wagner Victor

fez uma especial saudação aos 81 anos do PCdoB e reafirmou seu "respeito, carinho e eterna dívida e admiração pelo Partido Comunista do Brasil" e tudo que ele representa. O presidente do PT, Gilberto Palmares, citou o poeta Ferreira Gullar, dizendo que "não se pode escrever a história das lutas políticas por liberdade neste país sem falar dos comunistas e do seu partido". Falou da importância da participação do PCdoB, "ombro a ombro", com o PT desde 1989, por ocasião da primeira campanha de Lula para presidente, e na construção do novo governo brasileiro, além de homenagear o falecido camarada João Amazonas: "Tragô o sincero abraço da militância do Partido dos Trabalhadores, pois estamos na mesma trincheira de luta".

Após a entrega dos títulos e das medalhas, foi a vez dos homenageados se pronunciarem. Ana Rocha considerou que a homenagem não era pessoal e sim "ao Partido e aos militantes, que constróem a força e a garra do PCdoB", ressaltando que o PCdoB é campeão da defesa da democracia, "pagando com a vida de centenas de militantes o preço do desejo de liberdade".

Relembrando a sua vida na Albânia, onde transmitia pela Rádio Tirana "notícias que os brasileiros não podiam ouvir no Brasil", Ana argumentou que se sente em casa no Rio e explicou que a cidade é uma caixa de ressonância política para o país, onde se concentra "parcela importante da intelectualidade progressista, do operariado combativo e do setor democrático atuante".



Sessão da Câmara carioca comemora 81 anos do PCdoB

Chamou atenção para o múltiplo enraizamento do PCdoB, presente nos diversos níveis de organização social e seu vínculo com o povo nas batalhas cotidianas, ressaltando que "os próximos embates eleitorais devem refletir a grande força que têm os setores de esquerda, sem deixar que um político como César Maia finque sua estaca".

Renato Rabelo se mostrou emocionado com a homenagem da cidade na qual militou como vice-presidente da UNE em 1966/67, onde participou ativamente de diversos acontecimentos históricos do país. O dirigente comunista acentuou que o Rio é o "nascido" do PCdoB, e que os 81 anos de existência contínua do Partido são "reflexo da exigência histórica da construção do socia-

lismo no país".

Renato fez um amplo chamado para que se denuncie a "guerra imperialista, covarde e contra a humanidade" promovida por EUA e Grã-Bretanha, mobilizando as amplas massas da sociedade brasileira num uníssono grito de não à guerra.

O presidente do PCdoB ressaltou o fato histórico do governo Lula no Brasil e a participação inédita dos comunistas no primeiro escalão do governo, chamando atenção para a grande responsabilidade das forças progressistas em construir um novo modelo no país, no que pese a conjuntura adversa da herança perversa deixada pelo neoliberalismo no país, a não conformação de maioria governista no Congresso Nacional e o cenário

de guerra mundial: "Temos o mandato da mudança, este é o nosso 'pecado original', lembrou Rabelo, reafirmando as consignas do Partido neste momento político — paz, desenvolvimento e emprego.

Ao final, garantiu que o PCdoB não vai baixar a guarda neste momento de alteração de rumo na política brasileira: "Nesta nova quadra da luta política o Partido se empenha para tornar realidade a mudança, o projeto que vai aproximar o Brasil da construção da sociedade socialista que almejamos".

A solenidade foi encerrada com a apresentação de novas lideranças filiadas ao PCdoB e a declamação do poema "Chove em Bagdá", de Adalberto Monteiro, pelo poeta Maizena, um dos novos filiados.

Valorizar o legado de João Amazonas

No próximo dia 27 de maio completa-se um ano da morte de João Amazonas (1902/1992), dirigente do PCdoB. Tendo ingressado no Partido Comunista do Brasil em 1935, em Belém do Pará, onde nasceu, João Amazonas Pedroso passou a integrar seu Comitê Central em 1943, em plena ditadura do Estado Novo, e teve um papel central na reorganização do Partido em 1962, na luta contra o oportunismo de direita. Na resistência à ditadura militar, na jornada guerrilheira do Araguaia, na luta pela democratização e na nova fase aberta com a conquista da legalidade, assim como na construção da frente antineoliberal afinal vitoriosa com a eleição de Lula, Amazonas jogou um papel político e ideológico de singular valor para o PCdoB.

Tendo em vista este papel a Comissão Política do PCdoB, reunida dia 14 de abril em São Paulo, aprovou uma orientação "Acerca do 1º ano do falecimento de João Amazonas - 27 de maio", com as seguintes indicações:

"Homenagens póstumas, va-

lorizando o legado político e ideológico, relacionando-os aos desafios da presente situação brasileira e à exigência estratégica de fortalecimento do PCdoB.

Nesse sentido, indica-se:

1 - Preparar uma homenagem partidária na 9ª Conferência Nacional, que tem João Amazonas como patrono;

2 - Realizar registro da data de 27 de maio na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais;

3 - Preparar, no secretariado, um texto-referência para esses registros e pautar a revista *Princípios* e o jornal *A Classe Operária* nesse sentido;

4 - Indicar que todas as sessões estaduais da 9ª Conferência Nacional registrem a data;

5 - Indicar ao secretariado e à bancada envidar esforços junto ao governo federal e estadual de Tocantins no sentido de viabilizar a construção do obelisco projetado por Oscar Niemeyer em homenagem a João Amazonas;

6 - Realizar ato nacional, em São Paulo, referente à data."

O traslado de Rogério Lustosa

Aos restos mortais do dirigente comunista Rogério Lustosa foram transferidos, dia 15 de abril, para o Cemitério de Petrópolis, onde fica o jazigo de sua família.

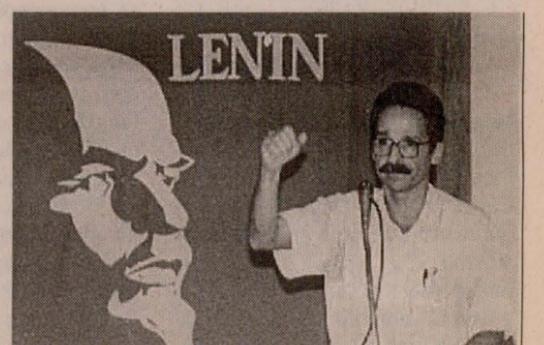
Rogério Lustosa era secretário de Propaganda do PCdoB quando morreu em 21 de outubro de 1992, vítima de um enfarte. Sua ossada foi levada ao Rio por Vital Nolasco, membro do Comitê Central, que foi acompanhado até a cidade serrana pela presidente do PCdoB/RJ, Ana Rocha, e pela secretária de Movimentos Sociais e Populares, Dilcéia Quintela.

Em Petrópolis, a comitiva foi recebida por Brasília e Carlos Lustosa (mãe e filho de Rogério), além do presidente municipal do PCdoB, Pedro Cross, dirigentes do Partido e lideranças da UJS.

Vital falou sobre a importância de Rogério para o Partido e sobre sua convivência com o ex-dirigente ainda jovem, na clandestinidade: "Sou testemunha de sua trajetória de luta. Ele foi um exemplo para o Partido e para mim é uma honra ser o portador de seus restos mortais".

Ana Rocha falou sobre a dedicação de Rogério à causa revolucionária, mesmo sabendo que não poderia ficar tão próximo dos entes queridos. "Seu amor

maior à causa afastou-o da família e causou sofrimento, mas foram comportamentos como o dele que construíram a democracia e o caminho de vitórias do povo brasileiro. Hoje a família que sofreu entende o motivo da ausência", ressaltou a dirigente, que colocou flores vermelhas e brancas em seu túmulo: "Que as flores vermelhas, cor dos comunistas, se misturem com as brancas, num sincero pedido de paz".



Rogério Lustosa, dirigente comunista

A Editora Anita Garibaldi e o Instituto Maurício Grabois publicaram, recentemente, o livro *Lições da luta operária*, com textos de Rogério Lustosa organizados por Olívia Rangel.

Empresa jornalística

A CLASSE OPERÁRIA

Fundada em 1925

Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP)

Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL),

Edvar Bonotto, Remy Feres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy.

Administração: Francysse de Andrade Matarazzo

Alameda Sarutaia, 185, Jardim Paulista, São Paulo, SP

CEP 01403-010 - Tel.: (11) 8054 1800

Endereços eletrônicos: classe@pcdob.org.br

www.vermelho.org.br

Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

O mundo ameaçado pelo expansionismo dos EUA

RENATO RABELO*

Com o desfecho da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque – rápido e favorável ao governo de George W. Bush –, uma ameaça de grande gravidade paira sobre o mundo. A estratégia de guerra preventiva e a ação unilateral norte-americana se vão impondo no plano internacional, dando força aos intentos neofascistas. Com seu apetite expansionista estimulado, os EUA ameaçam agora a Síria, a Coreia do Norte, o Irã... Trata-se de uma ameaça aos povos. Quem poderá barrar essa investida? Estaremos diante de um terceiro grande conflito mundial, da ação bélica planetária imperialista, já definida como “guerra infinita”?

Um novo quadro mundial vai surgindo. Para Henry A. Kissinger, ideólogo do Partido Republicano norte-americano e ex-secretário de Estado, os EUA se vêem obrigados a “lidar com os deslocamentos tectônicos no interior da aliança atlântica revelados pelos lances diplomáticos pré-conflito” com o Iraque. França e Alemanha, as “aliadas mais fortes dos EUA na Europa continental”, se opuseram e buscaram apoio para a sua oposição à guerra, atraindo a Rússia para seu “confronto mais explícito com os EUA desde o final da Guerra Fria”. Ele teme “a erosão progressiva da aliança militar ocidental, que durante meio século foi a base da política externa norte-americana”.

Além de França e Alemanha anunciarem que votariam contra os EUA no Conselho de Segurança da ONU, “algo sem precedentes”, ainda realizaram “intenso lobby diplomático” contra a política americana. Considera que a atual geração que dirige a Alemanha e a França “não tomou parte da libertação da Europa na 2ª Guerra Mundial nem de sua reconstrução sob o Plano Marshall. Em vez disso, ela se recorda dos atos contra a Guerra do Vietnã e do posicionamento de mísseis na Europa. Na Alemanha, essa geração se sente

frustrada com a crise econômica aparentemente permanente e com o processo de unificação que levou habitantes da ex-Alemanha Oriental a sentir-se mais ocupados do que libertados”. A Europa está dividida “entre os países que buscam a identidade européia por meio do confronto com os EUA, de um lado, e, do outro, aqueles que, liderados pelo Reino Unido e pela Espanha, a vêem como instrumento de cooperação”.

Ele considera que “a oferta formulada pela França e pela Alemanha de uma frente unida contra os EUA na questão do Iraque agradou ao sentimento nacionalista russo e ofereceu ao país a perspectiva de novas opções, não dependentes da boa vontade americana”. O analista estadunidense prevê que “a Otan vai mudar de caráter e tornar-se veículo daqueles que continuam a valorizar o relacionamento transatlântico” e que a ONU será um “fórum no qual aliados implementam teorias sobre como criar um contrapeso capaz de equilibrar o peso da ‘hiperpotência’ americana”.

Para tirar os EUA do isolamento, Kissinger propõe a repartição do butim de guerra, com europeus e norte-americanos sendo parceiros “na conquista de metas comuns” como “frear a proliferação das armas de destruição em massa, discutir as implicações políticas da globalização, acelerar a reconstrução do Oriente Médio” e almeja que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, perceba “que seu interesse maior continua a ser manter a cooperação russo-americana”. Destaca ainda que “o país que menos alterou a sua política sob o impacto do Iraque é a República Popular da China”. Na opinião dele, este país é “um parceiro construtivo de longo prazo. Isso será especialmente verdade se a China e os EUA conseguirem chegar a um acordo quanto a uma abordagem multilateral do problema nuclear coreano e evitarem erros de cálculo com relação a Tai-



Renato Rabelo, quando recebeu o título de cidadão carioca

wan”. Kissinger sonha que os EUA traduzam “a sua hegemonia num fomento sistemático do consenso internacional”.

O que este articulista, que representa a opinião de importantes setores dominantes norte-americanos, procura transmitir é que a Europa opositora aos EUA deve reconhecer a hegemonia e os atuais desígnios dessa superpotência, deixando de lado o “slogan do multilateralismo”, buscando deslocar a Rússia do eixo franco-alemão-russo e neutralizar a China. Evidentemente, nenhum “contraponto” deve fazer frente à investida imperialista dos EUA.

Se esta é a voz dos vencedores, por outro lado o movimento de resistência ao domínio e à lógica norte-americana cresce e se amplia. Coloca-se com ímpeto a defesa da soberania e autodeterminação do Iraque, contrária à montagem de um governo fantoche. Outra questão é a defesa da Organização das Nações Unidas como organismo de defesa coletiva (o ex-presidente José Sarney considera que a ONU saiu aniquilada do conflito EUA-Iraque). Um terceiro aspecto – no qual o PCdoB deve jogar papel importante – é a ampliação da resistência dos povos contra a investida imperialista.

A guerra não ajudou a recuperar a economia norte-americana, cujo déficit ultrapassa os 500 bilhões de dólares. O país continua

em situação relativamente precária e sua arrogância pode traduzir-se em políticas hostis contra o Brasil e a América Latina, inclusive no empenho em impor a Alca.

Êxitos e desafios do governo Lula

A análise dos três primeiros meses do governo de Luiz Inácio Lula da Silva aponta para seu êxito em circundar a crise iminente que o governo de Fernando Henrique Cardoso deixou como parte de sua herança maldita. Há que destacar também a adoção de uma política externa afirmativa e positiva, especialmente na defesa da ONU e oposição à agressão do Iraque pelos Estados Unidos.

Destaca-se também a manutenção da política macroeconômica do governo anterior, o que pode ser aceitável se for apenas neste momento inicial e tiver caráter transitório para uma nova política, desenvolvimentista, de defesa da soberania do país e geradora de empregos. Por exemplo, o economista Paulo Nogueira Batista Jr., entre outros, diz que pode haver uma reorientação da política econômica, sem a necessidade de medidas drásticas ou extremas imediatas. Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Beluzzo e mesmo o ex-ministro Bresser Pereira reconhecem e compreendem a existência de um período para buscar um

equilíbrio imediato, em função das imensas restrições internas e externas em que vive o país, mas que conviva com a busca da mudança da orientação macroeconômica e definição de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento.

O governo Lula não reuniu forças para uma mudança abrupta, mas está na ordem do dia a adoção de mudança gradual da orientação. O Ministério da Fazenda divulgou o documento “Política Econômica e Reformas Estruturais”, onde apresenta prioridades da agenda econômica para este ano e aponta como estas prioridades se inserem no contexto de mudança do país. Sua estratégia é baseada na política monetarista ortodoxa – conclui que a causa da crise é o desequilíbrio fiscal e indica a austeridade fiscal como a única saída – e o desenvolvimento fica em segundo plano. O documento choca-se com outra estratégia, apresentada pelo Ministério do Planejamento, com as declarações do chefe de gabinete da Presidência da República, ministro José Dirceu, e com os pronunciamentos do vice-presidente, José Alencar, de sentido desenvolvimentista.

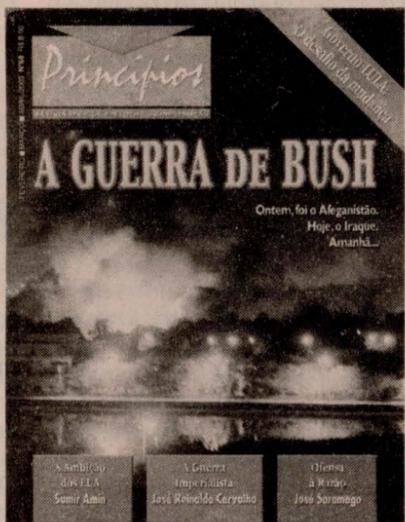
O grande impasse brasileiro continua sendo a dependência e a vulnerabilidade externas. O foco da política econômica deve estar voltado para romper com esse impasse. O documento apresentado pelo Ministério da Fazenda serve para abrir o debate; possibilita que os caminhos e alternativas sejam confrontados. É necessário formar um núcleo de convicção, dentro e fora do governo, que leve à adoção de políticas mudancistas. Os vários setores interessados no êxito do governo Lula devem estar articulados neste sentido, levando-o a tomar posições de mudanças da orientação macroeconômica, em consonância com o apoio político e social mais amplo.

*presidente do PCdoB, intervenção na reunião da Comissão Política do Comitê Central, 14 de abril de 2003

Princípios enfoca a guerra de Bush

Alheio aos protestos de milhares de pessoas, o governo dos Estados Unidos impõe aos povos o flagelo da guerra, a partir do uso da força contra o Iraque. É um novo capítulo da “guerra infinita” que o governo Bush jurou contra os povos. A edição de número 68 da revista *Princípios* aborda os aspectos teóricos e políticos implicados, com textos de José Reinaldo Carvalho e Umberto Martins, José Genoino, Samir Amin e José Saramago.

No plano nacional, o governo Lula está comprometido com o projeto de mudanças, cujo núcleo é a implementação de novo modelo de desenvolvimento, com soberania e aprofundamento da democracia, que possibilite o aumento da produção, da oferta de emprego e a elevação da renda dos trabalhadores. *Princípios* continua a fomentar o debate



e o florescimento de idéias que ajudem os setores nacionais e progressistas a traçar trilhas novas, mais curtas e seguras. A revista apresenta oito textos enfocando vários aspectos da construção do novo rumo.

Veja o índice de Princípios

BRASIL

NASCE UM NOVO BRASIL: A ELEIÇÃO DE LULA E A RESPONSABILIDADE PARA CONSOLIDAR O GOVERNO DA MUDANÇA (Renato Rabelo)
O significado político e histórico da eleição de Lula e os desafios da transição para o novo rumo.
LIBERALISMO VERSUS DESENVOLVIMENTISMO (José Carlos Ruy)
A história do Brasil é marcada pela disputa polarizada entre dois rumos – um, favorável aos interesses da oligarquia financeira e dos dominadores externos; outro, exigindo o atendimento das demandas da nação e do povo.

A CHAVE DAS MAIORIAS HETEROGÊNEAS (Aldo Rebelo)
O desafio do governo é unir os setores que desejam desatar o nó da dependência.
INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL E “TERCEIRIZAÇÃO” DO ESTADO (Haroldo Lima)
Qual o verdadeiro motivo de se

retirar o BC da influência do Executivo e do Legislativo?
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A VIDA (Roberto Amaral)
A pesquisa científica precisa vincular-se a um projeto nacional soberano.
ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO (Dilermando Toni)
O centro do projeto deve ser voltado para o crescimento econômico e para o emprego.
ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (Renildo Souza)
O neoliberalismo desmontou o Estado nacional, dificultando sua ação.
O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E OS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DA PERIFERIA SISTÊMICA (André Rego Viana)

Os problemas, restrições e condicionantes para uma política monetária soberana.
Internacional
GUERRA IMPERIALISTA E SINAIS DE UM DECLÍNIO (José Reinaldo Carvalho e Carlos Umberto Martins)
Bush comanda o partido da guerra, mas os povos se levantam pela paz.

A LUTA CONTRA A GUERRA (José Genoino)
Devemos tomar iniciativas mais incisivas de condenação desta guerra.
A CRIMINOSA AMBICÃO DOS EUA: O CONTROLE MILITAR DO PLANETA (Samir Amin)
A luta contra o imperialismo norte-americano e sua opção militarista é a luta de todos os povos.
“UMA OFENSA À RAZÃO” (José Saramago)
Aos que querem e fazem a guerra, dizemos não!

ESPORTE

ESPORTE: UMA POLÍTICA DE ESTADO (Agnelo Queiroz)
Os elementos e as bases para o desenvolvimento do esporte em nosso país.
RECEITA PARA UM PAÍS OLÍMPICO
Entrevista com o ministro Agnelo Queiroz.

CULTURA

50 ANOS DE BEM-ESTAR CULTURAL (Benjamin Abdala Junior)
Analisando-se o modo da repre-

sentação impassível da realidade social, o grande escritor desenvolve formas de práxis criativas.
História
EDGARD CARONE 1923-2003 (Augusto César Buonicore)
O historiador marxista deixa uma obra comprometida com os trabalhadores brasileiros.

MULHER

AS MULHERES CONSTROEM SUA AUTONOMIA NO TRABALHO FLEXIBILIZADO? (Eline Jonas)
O novo trabalho domiciliar e a experiência das costureiras de Goiás.

Pedidos para

Editora Anita Garibaldi,
R. Monsenhor Passalacqua,
158 – Bela Vista
CEP 01323-010
São Paulo/SP,
Telefax: (11) 3266-4312
Endereço eletrônico:
www.anitagaribaldi.com.br

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Comissão Política do PCdoB debateu Iraque e reforma da Previdência

O Partido Comunista do Brasil conclama pela continuidade das manifestações em apoio ao povo do Iraque e contra a agressão imperialista norte-americana (veja nota na página 9). O Partido também reafirma a defesa de uma reforma da previdência que garanta e amplie os direitos dos trabalhadores. Estas foram as principais deliberações da 13ª reunião da Comissão Política Nacional do PCdoB, realizada dia 14 em São Paulo, que ainda indicou uma série de atividades para homenagear o dirigente comunista João Amazonas, no primeiro aniversário de seu falecimento, dia 27 de maio (página 2).

O presidente do PCdoB, Renato Rabelo, abriu a reunião com uma intervenção onde destacou que, após o desfecho da guerra dos EUA contra o Iraque, "uma ameaça de grande gravidade paira sobre o mundo. A estratégia de guerra preventiva e a ação unilateral norte-americana saíram vitoriosas. Com seu apetite expansionista estimulado, os EUA ameaçam agora a Síria, a Coreia do Norte, o Irã..." (leia a íntegra na página 3 desta edição).

O Partido aprovou uma nota sobre o assunto. Analisando os três primeiros meses de governo Lula,

Renato Rabelo disse que este "não reuniu forças para a ruptura, mas está na ordem do dia a adoção de mudança gradual da orientação" e dos fundamentos econômicos herdados do governo de Fernando Henrique Cardoso. Para o dirigente comunista, "é necessário formar um núcleo de convicção, dentro e fora do atual governo, que leve à adoção de políticas mudancistas. Os vários setores interessados no êxito do governo Lula devem estar articulados neste sentido, levando-o a tomar posições de mudanças da orientação macroeconômica".

A reunião, que contou com to-

dos os integrantes da Comissão Política e com a presença dos convidados Dilermando Toni, Luís Fernandes e Jandira Feghali, membros do Comitê Central, aprovou um conjunto de pontos sobre a Previdência Social, apresentados ao ministro Ricardo Berzoini. Uma comissão foi formada para elaborar um documento do PCdoB sobre a reforma da Previdência (veja matéria nesta página).

A Comissão Política também decidiu realizar uma série de homenagens a João Amazonas, por ocasião do primeiro aniversário de seu falecimento, valorizando o legado

político e ideológico desse dirigente histórico do PCdoB e relacionando-o aos desafios da presente situação brasileira e à exigência estratégica de fortalecimento do Partido.

A Comissão Política é integrada por Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Ana Maria Rocha, Carlos Augusto Diógenes (Patinhas), Eron Bezerra, Haroldo Lima, Inácio Arruda, Jô Moraes, João Batista Lemos, José Reinaldo Carvalho, Nivaldo Santana, Pedro de Oliveira, Renato Rabelo, Ricardo Abreu, Ronaldo Freitas, Sérgio Miranda, Vital Nolasco e Walter Sorrentino.

Comunistas apresentam propostas para a reforma da Previdência

GUSTAVO ALVE
E TATIANA AZEVEDO

Em reunião realizada na tarde de 15 de abril, a bancada de deputados do PCdoB apresentou a proposta do Partido sobre a reforma da Previdência ao ministro Ricardo Berzoini. O líder do PCdoB na Câmara, deputado Inácio Arruda (CE), destacou que a bancada tem participado de todos os debates sobre a reforma da Previdência porque este é um tema muito caro para o PCdoB, e que o documento que está sendo entregue é a proposta oficial do Partido.

A deputada Jandira Feghali (RJ) apresentou a proposta: "Na nossa opinião, a reforma tributária deveria ser apresentada antes da previdenciária, para que pudéssemos estabelecer de forma clara o projeto de reconstrução do Estado nacional, e nos preocupa a linha argumentativa que joga os trabalhadores da iniciativa privada contra o servidor público, e mais ainda a desvinculação da situação da Previdência com a política macroeconômica implantada nos últimos anos."

O documento foi definido durante reunião da Comissão Política Nacional do Partido e inclui sugestões como a realização de uma auditoria nas contas da Previdência, a vinculação do teto ao salário mínimo e a extinção do fator previdenciário, além da criação de uma previdência complementar pública para todos do Regime Geral. No regime próprio dos servidores, o PCdoB defende a manutenção das regras atuais, inclusive a aposentadoria integral, e se

posiciona mais uma vez contra mudanças nas regras de transição dos servidores e o PLP 9, que cria a previdência complementar para o funcionalismo público.

Ainda de acordo com a deputada Jandira Feghali, a Previdência Social é o maior programa de distribuição de renda no país e não pode ser instrumento de ajuste fiscal. Quanto às diferenças em relação à proposta do governo, que ainda não está fechada, a deputada disse que o objetivo do Partido é ajudar na construção de uma previdência mais justa, e admitiu que espera que a proposta do PCdoB sensibilize o governo.

A bancada sugeriu também ao ministro que o governo encaminhe ao Congresso projeto de lei para definir o teto de remuneração dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa medida, segundo Jandira Feghali, acabaria com as aposentadorias milionárias. Veja a seguir a íntegra do documento entregue ao Ministro:

Brasília, 15 de abril de 2003
Senhor ministro,

A reforma da Previdência tem sido apresentada como uma questão meramente técnica, em que a opção a tomar é fruto de uma razão quase aritmética e que somente há um caminho possível, inadiável e imutável. O debate, a nosso ver, deveria ressaltar os aspectos políticos, as prioridades e os compromissos do Estado com a sociedade.

Quaisquer diagnósticos e alterações em nossos sistemas previdenciários devem ser precedidos de uma cuidadosa avaliação do



Parlamentares comunistas com o ministro Berzoini

quadro atual e de suas heranças históricas. Essa contextualização é imprescindível.

A reforma da previdência no governo Lula deve ter a marca da inclusão, afinal esse é nosso mais significativo programa social. A precarização do trabalho, o incremento da informalidade e o aumento do desemprego expulsaram 40 milhões de trabalhadores da proteção previdenciária. O desafio apresentado ao atual governo é estabelecer uma nova agenda que reverta o viés privatizante e de corte de direitos que caracterizou as mudanças na Previdência no tempo de Fernando Henrique Cardoso, submetida ao objetivo do ajuste fiscal. A Previdência deve ser entendida na sua complexidade. Deve atender aos trabalhadores e seus familiares na aposentadoria e nos momentos de infortúnio, nas doenças e na incapacidade temporária e definitiva. Por isso, incluir é o grande desafio do nosso governo.

Quando tratarmos do regime próprio dos servidores, é preciso concentrar o debate da reforma na

reconstrução do Estado desmontado pelo governo anterior e, em consequência, na valorização do serviço público. A necessária ação de combate aos privilégios não deve ser confundida com a de desarticulação do Estado e desvalorização do serviço público. Essa reforma deve expressar nossa compreensão a respeito do papel e da natureza do Estado brasileiro.

A segurança de uma previdência justa, que ampare o servidor e sua família, é a contrapartida para compensar as responsabilidades no serviço público, respeitando as suas especificidades. O vínculo à legalidade, à impessoalidade e ao interesse público impõe restrições a salários, gratificações e benefícios inexistentes no setor privado. Um regime próprio de previdência permite à administração pública competir na seleção de bons profissionais, essenciais ao serviço eficiente do Estado. O servidor público materializa a ação estatal e sua maior ou menor eficiência terá efeito direto na ação do Estado junto à sociedade.

Assim, apresentamos abaixo

a síntese de propostas que devem, na nossa opinião, orientar a reforma de nosso sistema previdenciário.

Regime Geral

- Auditoria das contas da Previdência.
- Reforma no RGPS, garantindo o caráter de inclusão, com ampliação da cobertura para idosos urbanos, desempregados e trabalhadores dos setores informais.
- Suprimir do texto constitucional a permissão para a privatização do seguro de acidente do trabalho.
- Teto do RGPS em salários mínimos e recuperação do poder aquisitivo dos aposentados, através de índices que reponham perdas e a inflação.
- Defesa da Previdência pública, de repartição e solidária.
- Extinção do Fator Previdenciário.
- Criar uma previdência complementar pública para todos os cidadãos vinculados ao RGPS.
- Regime Próprio dos Servidores.
- Imediata votação da lei que define o teto de remuneração dos três poderes para acabar com aposentadorias privilegiadas (arts. 37 e 48 da Constituição Federal).
- Manutenção do regime próprio dos servidores.
- Manutenção da aposentadoria integral para servidores públicos.
- Contra a aprovação do PLP-9 e qualquer outra proposta de conteúdo similar.
- Contra as mudanças nas regras de transição dos servidores públicos.

Comissão Política Nacional
do PCdoB

Retomar o trabalho dos comunistas na área da cultura

JOSÉ CARLOS RUY*

Um antigo sonho dos comunistas brasileiros – retomar o trabalho na área da cultura – pode estar começando a tomar corpo. Um passo inicial para essa retomada foi a reunião ocorrida no dia 9 de abril, na sede do Partido Comunista do Brasil, entre um grupo de membros do Comitê Central com interesse nessa área (Javier Alfaya, José Carlos Ruy e Ricardo "Alemão" Abreu), membros do Secretariado Nacional (Adalberto Monteiro, José Reinaldo Carvalho, Pedro de Oliveira, Walter

Sorrentino) e o presidente do Partido, Renato Rabelo.

A reunião foi consequência de iniciativas adotadas durante a III Bienal da UNE, realizada em Olinda, Pernambuco. Enfatizava-se, então, a necessidade de articulação do trabalho dos comunistas nesta área sensível da luta de idéias. Aquelas conversas evoluíram para a necessidade de uma consulta à direção do Partido, em busca de auxílio para a definição das necessidades partidárias neste campo, e de formas de atuação nele. O Partido tem uma tradição histórica de atuação entre artistas,

intelectuais e cientistas, que remonta às décadas de 1930/1940. Nas últimas décadas, essa participação organizada diminuiu, embora a influência comunista seja forte. Ela é dispersa mas pode florescer, como destacou Renato Rabelo.

Foi apresentada, para a exame, a idéia de realização de uma reunião, ainda antes da 9ª Conferência Nacional, para tratar da questão. A proposta é que essa reunião tenha dois momentos – num deles, de debate com expoentes do campo progressista; no outro, debate interno no Parti-

do, com a participação dos militantes com atuação na área da cultura.

O objetivo desse encontro será fazer um diagnóstico das necessidades, encontrar formas para formalizar a atuação comunista na área cultural, sistematizar os pontos básicos e unificar nosso ponto de vista. Da mesma forma como o Partido atua em frentes (como a da juventude, das mulheres, dos negros), ficou registrada a necessidade de constituição dessa frente nova, a frente cultural, com ênfase na compreensão de que é preciso partir do movimen-

to real, com seus problemas e necessidades.

A reunião terminou com a indicação de um Grupo de Trabalho do Comitê Central para estudar este problema, formado pelos camaradas Adalberto Monteiro, Javier Alfaya, José Carlos Ruy, Manoel Rangel e alguém indicado pelo CUCA (da UNE). Para viabilizar o encontro, o GT de Cultura vai trabalhar para definir sua pauta, seu calendário e a lista dos convidados.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
do Comitê Central

NACIONAL

Bancada propõe emendas em favor do salário mínimo

UMBERTO MARTINS

A bancada do PCdoB apresentou duas emendas à Medida Provisória 116/03, pela qual o presidente Lula fixou em R\$ 240 o valor mensal do salário mínimo a partir de abril. A primeira emenda propõe a concessão de 10% de reajuste semestralmente, independentemente do aumento anual, a título de reposição, para que ao final de quatro anos o valor real do salário mínimo seja dobrado, atendendo à promessa de campanha do presidente Lula, recentemente reafirmada.

A segunda propõe a concessão de uma gratificação anual, de R\$ 240,00, a todos os assalariados do

setor privado regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho a ser paga em junho de cada ano, a partir de 2004 (uma espécie de 14º salário de valor igual para todos), como forma de promover um crescimento do poder aquisitivo dos salários, cuja participação no PIB tem caído assustadoramente nos últimos anos. Pela proposta, esse valor será atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

O poder redistributivo do mínimo

Cerca de 30 milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasilei-

ras, incluindo 14 milhões de apresentados e pensionistas, recebem até um salário mínimo, que – para vergonha nacional – revela-se um dos menores do mundo quando convertido em dólares. Aumentar o salário mínimo é satisfazer uma necessidade de justiça social e fiscal. Uma vez que a arrecadação de impostos aumentou de forma extraordinária ao longo dos últimos anos, correspondendo no final do ano passado a mais de 36% do PIB, é justo esperar e exigir que uma parte do produto apropriado pelo Leão seja destinado aos trabalhadores mais pobres. Mas, não se trata apenas de um imperativo moral.

Ao lado de outras medidas de

valorização da força de trabalho, na qual merece destaque a redução da jornada sem redução de salários, a recomposição do poder de compra do salário mínimo (que já foi mais gordo no passado, especialmente durante a chamada “Era Vargas”, que FHC tanto combateu) vai ampliar a capacidade de consumo popular, estimulando o mercado interno e demandando o crescimento da economia nacional, sobretudo nos setores voltados para a produção de bens consumidos pela classe trabalhadora.

Cabe ainda acrescentar que, além de promover uma indispensável redistribuição da renda entre capital e trabalho, o aumento do

salário mínimo também tem a virtude de aumentar o poder de compra nas regiões, estados e municípios mais pobres, onde é proporcionalmente maior o número das famílias que sobrevivem com o mínimo. Por tudo isto, é preciso não só respaldar o compromisso do presidente Lula de dobrar o valor real do salário mínimo, reiterado às centrais sindicais no dia em que anunciou o reajuste de 20%. Cumpre também apresentar alternativas concretas, como as emendas à MP 116, a fim de viabilizar a promessa. O tema também vai estar em tela nos debates do orçamento da União, LDO, plano plurianual, além das reformas tributária e previdenciária.

As nuvens da política mineira

JÔ MORAIS*

No dia 13 de abril, as principais figuras nacionais do Partido Liberal (PL) estiveram em Minas para comemorar uma importante vitória marcada pela adesão àquela legenda do vice-governador mineiro, Clésio Andrade, de sete deputados estaduais, de um deputado federal, de dois secretários de estado, além de vários prefeitos, todos saídos recentemente do PFL.

O significado político dessa adesão para o PL em Minas foi comemorado e prestigiado pelo vice-presidente José Alencar, pelo ministro dos Transportes Anderson Adauto e pelo presidente nacional do partido, Waldemar da Costa Neto.

O acontecimento comporta significativa mudança na correlação de forças desse segundo colégio eleitoral da federação e assim terá que ser entendida. É como diz a tradição mineira: a política acompanha as nuvens. Você olha para cima, elas estão de um jeito, quando você tira os olhos e espia de novo, já mudaram para outra posição.

Os impasses dentro do PFL mineiro se iniciaram com a disputa pela indicação do candidato a vice-governador que comporia a chapa com Aécio Neves. Clésio Andrade, com um estilo “agressivo” de fazer política, oriundo de sua prática na iniciativa privada, representante que é do segmento empresarial na área de transporte, conquistou a indicação, em contraposição a figuras históricas. Com a posse dos eleitos, em permanente tensão com o governador na busca de ampliar seus espaços, conseguiu aumentar o número de deputados estaduais do PFL. De cinco deputados eleitos, a legenda chegou a ter doze deputados quando se iniciaram os trabalhos legislativos, em fevereiro, o que lhe garantiu maiores espaços na composição da Assembléia Legislativa.

Para consolidar seu mando, o vice-governador marcou a convenção estadual e compôs uma



Deputada Jô Morais

chapa em torno de seu nome, excluindo os “históricos”, numa prática pouco comum à matreira política mineira. Este gesto desencadeou a crise. O presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, intervém e desautoriza a convenção provocando a implosão.

Se a causa imediata foi a condução atropelada do crescimento partidário recente, há outros motivos que interferiram também nesse processo. Além das razões domésticas, onde se destaca um estilo pouco político de conduzir a ação partidária, há componentes políticos que se relacionam com a forma autoritária com que a direção nacional do PFL quer manter sua nitidez oposicionista ao governo Lula. Clésio Andrade e seus seguidores vinham tendo uma posição independente de aproximação com o Lula, mesmo durante a campanha presidencial. Esta condução entrava em choque com a orientação dos caciques nacionais. O desfecho da situação demonstra bem a completa ausência de de-

mocracia interna no interior dos partidos das elites.

Para Minas, o deslocamento partidário de um grande número de deputados do PFL para o PL não interfere na base de sustentação do governo Aécio Neves, já que os dois partidos integram a coalizão administrativa que ocupa o Palácio da Liberdade. E o governador já respondeu à movimentação de seu vice com a filiação de quatro novos deputados no PSDB. O impacto maior se dará nas possibilidades das diferentes forças para a disputa de 2004. A aliança realizada para o governo do Estado, que teve como núcleo central o PSDB-PFL, sai enfraquecida.

O PL passa a aparecer como uma terceira força, em meio à polarização entre PSDB e PT

que norteará a disputa pelas prefeituras. O PMDB, partido de tradição na política mineira, se enfraquece com a saída também de alguns de seus membros, passando o PL a ser a alternativa de centro no estado. Ele se fortalece com a presença do vice-presidente, que assume cada vez mais o discurso do setor empresarial mineiro ávido de retomada do desenvolvimento.

Caberá às forças da mudança que apóiam o governo Lula conduzir-se com habilidade para buscar ser a segunda alternativa de poder em Minas, tentando impedir o fortalecimento da coalizão política em torno do Palácio da Liberdade e atraindo o novo PL para um trabalho programático comum, compreendendo que os últimos movimentos reforçaram o perfil conservador de suas fileiras.

* vice-presidente do PCdoB, deputada estadual em Minas

“Meus amigos, meus inimigos, salvemos Ouro Preto!”

SÉRGIO SANCHES

Foi totalmente destruído, em um incêndio dia 14, importante casarão na Praça Tiradentes, coração do Centro Histórico de Ouro Preto. O representante da Unesco no Brasil, o argentino Jorge Werthein, disse que o episódio da destruição do casarão deverá ser incluído no relatório que será enviado ao Centro do Patrimônio Mundial, em Paris, cujo conselho deverá decidir-se pela inclusão ou não do município mineiro na lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

A preservação do patrimônio tem sido constante preocupação das forças progressistas da cidade. O mandato participativo do vereador Ariosvaldo (PCdoB), autor das leis de incentivo à cultura e do tombamento municipal, há muito tempo vinha alertado para os perigos de incêndios na cidade. Diante do incêndio, o vereador Ariosvaldo fez um apelo em favor da defesa da cidade, recuperando a frase do poeta pernambucano Manuel Bandeira: “Meus amigos, meus inimigos. Salvemos Ouro Preto!”

Um dos alertas que não sensibilizaram a administração municipal foi o convite feito a todas as autoridades e à comunidade em geral para uma audiência pública sobre o tema. A iniciativa teve a participação do professor Antonio Maria Claret, considerado um dos maiores especialistas da América Latina no assunto e que desenvolveu projeto especial

para a cidade de Ouro Preto. A mesma atitude foi tomada por uma ONG local, AMO Ouro Preto, com a finalidade de ampliar o debate.

Infelizmente nenhuma providência foi tomada pelo poder executivo municipal e terminou se consumando uma tragédia anunciada, que poderia ter sido evitada. A cidade possui somente dois carros de bombeiros, sendo que um estava sem condições de uso; os hidrantes estavam danificados e não existe em Ouro Preto sequer uma defesa civil organizada.

A primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade se encontra hoje órfã de políticas públicas eficazes para sua preservação. A preservação do patrimônio cultural é fundamental para a construção da identidade da nação, e os comunistas estão atentos na defesa da soberania e da cultura de nosso país.

Esse trágico acidente só vem confirmar a afirmação do deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG): “A passagem tuana pelo governo deixa alguns símbolos reveladores. Um deles é a contradição entre a valorização da arte barroca, mostrada fora de seu contexto em exposições monumentais, e a falência dos municípios brasileiros – que se traduz, na degeneração de cidades históricas, entre elas Ouro Preto, ameaçada pela Unesco de perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade”.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Mineiro Grubis

Uma janela do casarão durante o incêndio

PCdoB

Formação e Propaganda no processo da 9ª Conferência Nacional

A Comissão Nacional de Formação e Propaganda (CNFP) está realizando um ciclo de ativos, de âmbito estadual e regional, tendo entre outros objetivos o engajamento desse setor de trabalho partidário na realização exitosa da 9ª Conferência Nacional. No formato dessa agenda, a CNFP tem se reunido com as comissões políticas dos estados e realizado debates acerca do documento da 9ª Conferência, tendo como público os integrantes da área de formação e membros das direções estaduais e municipais.

No ativo propriamente dito, além das tarefas relativas à Conferência, a CNFP tem apresentado o seu planejamento para 2003, centrado em três projetos básicos: re-fundação da Escola Nacional do Partido, qualidade nova ao Instituto Maurício Grabois (IMG) e fortalecimento da revista Princípios. Esses projetos buscam reforçar o trabalho de educação comunista e capacitar melhor o coletivo para travar a luta de idéias.

Em cada unidade da Federação, o setor de Formação e Propaganda está chamado a contribuir ao máximo com as direções estaduais para que seja realizado fe-cundo debate em torno do conteúdo do texto apresentado pelo Co-

mitê Central. Por isso, a CNFP, onde foi possível, incluiu na sua agenda a apresentação e o debate do referido texto do CC. O propósito é que os formadores e dirigentes sejam agentes multiplicadores das discussões, realizando-as em diferentes bases partidárias.

Com o objetivo de inserir a Conferência na discussão mais ampla em torno dos desafios de mudança que o governo Lula está chamado a realizar, a CNFP tem reforçado a orientação de que sejam realizados seminários e eventos públicos com forças políticas aliadas e intelectuais que têm compromisso com o êxito do novo governo.

Ainda em relação à Conferência, a CNFP tem anunciado que o próximo número da revista Princípios que irá circular na segunda quinzena de maio terá sua pauta voltada às questões teóricas suscitadas pelo texto básico posto ao debate.

Fortalecer a construção ideológica

Entre os caminhos apresentados para reforçar o PCdoB, destaca-se sua intensa participação na luta de idéias. Para que isso aconteça, é necessário que sua militân-

cia, de modo ascendente, evolua em sua capacitação teórica e que o cultivo dos valores comunistas esteja presente no seu cotidiano. O projeto de uma Escola Nacional, enquanto núcleo propulsor e organizador do trabalho de educação dos comunistas, visa dar uma resposta mais qualificada a esse desafio. A concretização da Escola Nacional requer um trabalho articulado do CC e dos Comitês Estaduais. Nos estados é preciso que haja uma Secretaria de Formação e Propaganda, uma comissão auxiliar e um corpo de professores.

A participação na arena da luta teórica, a relação com a intelectualidade, a difusão do marxismo e da política partidária, o esforço para conhecer mais e melhor a realidade brasileira e a busca permanente para oferecer contribuições ao desenvolvimento da teoria requerem que seja dada uma qualidade superior ao Instituto Maurício Grabois. No plano nacional, haverá uma nova direção para o IMG, que terá uma vida real e concreta, com um plano de atividades e realizações. No plano dos estados, faz-se necessário que sejam constituídas as seções estaduais do Instituto para que trabalho semelhante seja empreendido.

Quanto à revista teórica Prin-

cípios, a CNFP tem apresentado nos ativos a orientação de que é preciso que o coletivo militante abrace-a como importante instrumento de difusão das idéias avançadas, de relacionamento com a intelectualidade progressista e ainda como importante veículo ao estudo individual. Está sendo apresentada a proposta de a revista passar a ter uma periodicidade bimestral. Essa meta exige aporte de publicidade e uma eficiente ampliação do número de assinantes.

Esses projetos (Escola Nacional, IMG, revista Princípios) estão disponíveis em textos publicados na seção da Secretaria de Formação e Propaganda do Portal Vermelho.

Já ocorreram alguns ativos. Em Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, nos dias 23 e 24 de março, com a presença de Nereide Saviani (professora-doutora em Educação e integrante da CNFP); em Goiás, Tocantins e DF, em Goiânia, nos dias 29 e 30 de março, com a presença de Augusto Buonicore, doutorando em História pela Unicamp, membro do CC e da CNFP; em Pernambuco, Alagoas, Paraíba, realizado em Recife, nos dias 28 e 29 de março; na Bahia, em Salvador, nos dias 30 e 31 de mar-

ço, ambos com a presença do jornalista Adalberto Monteiro, secretário nacional de Formação e Propaganda; e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em Porto Alegre, nos dias 5 e 6 de abril, com a presença do jornalista José Carlos Ruy, membro da CC e da CNFP. Em São Paulo, no dia 4 de abril, por iniciativa do Comissão Estadual de Formação, foi realizada importante atividade de capacitação dos formadores tendo em vista os debates da Conferência, na qual foram expositores o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, e o secretário nacional de Organização, Walter Sorrentino. O Rio de Janeiro realizou seu ativo nos dias 11 e 12 de abril, sob a coordenação da professora-doutora Madalena Guasco, integrante do CC e da CNFP; Pará e Amapá, em Belém, sob a coordenação de Edvar Bonotto, membro da CNFP, doutorando em Direito; Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, em Manaus, nos dias 12 e 13 de abril, sob coordenação de Augusto Buonicore. Estão programados ainda: Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, em Fortaleza, nos dias 26 e 27 de abril, sob a coordenação de Adalberto Monteiro. Em São Paulo, em breve, será agendado.

A política de finanças

RONALD FREITAS*

A convocação da 9ª Conferência é uma afirmação do caráter democrático do nosso Partido, pois por meio dela estaremos mobilizando o conjunto da militância partidária para juntos construirmos o rumo político que devemos seguir na nova situação criada no país após a vitória obtida nas eleições presidenciais de outubro de 2002.

Além da vitória de Lula, as eleições do ano passado foram também um momento de afirmação do PCdoB, seja como um dos artífices da vitória, seja pelos resultados próprios obtidos: elege-

mos 12 deputados federais, 19 estaduais e o vice-governador do Piauí.

Tudo isso nos coloca no cenário político nacional como uma força em expansão e com crescente prestígio nos círculos democráticos e progressistas.

Como afirma o documento que abre os debates da 9ª Conferência, está posto para nós o desafio de "Um novo ciclo de acumulação estratégica".

Desde a sua reorganização, em 1962, vêm o nosso Partido num processo contínuo de acumulação de êxitos nos campos político e organizativo, dos quais podemos destacar a conseqüente luta contra a ditadura militar, a luta pela redemo-

cratização do país, a conquista da legalidade, que se deu em 1985, e a expressiva e significativa vitória de Lula no ano passado. Em cada um desses momentos soubemos trabalhar as condições políticas criadas para lançar o Partido em novo patamar da luta, e colocá-lo como uma força em busca da hegemonia para efetivar seus objetivos estratégicos.

Em todos esses momentos, em maior ou menor grau, o Partido cresceu, aumentou seu prestígio político, ampliou suas fileiras e foi paulatinamente transformando-se numa força política significativa no cenário democrático do nosso país.

Sem dúvida, nos encontramos

diante de uma nova situação, extremamente desafiadora e a mais favorável que já se colocou na nossa história.

Mas transformarmos essa possibilidade em ato requererá, além de uma correta linha e condução política, recursos materiais que sejam os elementos garantidores da concretização de nossas idéias. Nesse sentido, o documento que abre os debates da conferência trata de forma integrada e dialética dos aspectos políticos e organizativos da construção partidária que a nova situação está a nos exigir. Explicita que, na elaboração dessa orientação, o fortalecimento e preparação do Partido

para os novos tempos é parte integrante e fundamental da política.

Parte importante do documento diz respeito à construção de uma base material financeira capaz de ser uma garantia para o êxito de nossa atividade. No ponto 68, coloca de forma sintética e densa toda uma orientação de "Política de Finanças" que necessita ser discutida, aprofundada, complementada e aperfeiçoada pelo debate do coletivo durante os preparativos que hora se iniciam. Ressalta a importância do Sistema Nacional de Contribuição Militante (Sincom), e do seu caráter político, destacando que a sua ampliação e êxito, além de ser uma necessidade impostergável, é matéria de cunho essencialmente político e que tem aspectos ideológicos, pedagógicos e orgânicos que se prolongam no tempo. Reafirma que "é também de ordem política o desafio de pôr a questão da sustentação material em primeiro plano de nossas atividades dirigentes" e que, para que esse desafio seja vencido, são necessários esforços cotidianos, especializados e concentrados.

Como podemos ver, está pautado de forma explícita no documento de debate da 9ª Conferência a questão das finanças partidárias. A sua importância política é transcendente e o debate de seus múltiplos aspectos uma necessidade imperiosa.

É premente a efetiva construção coletiva de uma "política de finanças", sem o que muitas de nossas idéias e propostas não passarão de quimeras.

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A CLASSE OPERÁRIA

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925



Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

Cheque nominal

Dinheiro

Cartão de crédito C D V A

Nº.: _____

Validade: ____/____/____ (MÊS/ANO)

Vale postal nº. _____

Depósito em conta corrente
Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____

E-mail: _____

Profissão: _____

Data de nasc.: ____/____/____

Ed. final nº.:

Ed. inicial nº.:

MOVIMENTO

O Congresso da UNE e a conquista de um novo tempo

RICARDO ABREU (ALEMÃO)*

A presença juvenil nas maciças mobilizações pela paz e contra a guerra imperialista pelos quatro cantos do planeta e no Brasil tem sido marcante. O mesmo vem ocorrendo nas mobilizações políticas do povo brasileiro pelas mudanças. No Brasil, dentre os vários movimentos da juventude, é o movimento estudantil que se destaca com maior capacidade de mobilização política. A recente Jornada de Lutas por Paz e Educação, coordenada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e realizada de 19 a 21 de março, é a mais recente demonstração.

Formado por um sistema com milhares de entidades de base, com enorme capilaridade, o movimento estudantil brasileiro é unificado nacionalmente pela UNE e pela UBES, entidades unitárias e únicas de fato, que representam todos os estudantes.

A principal entidade da juventude brasileira

A UNE representa hoje mais de 3 milhões de universitários. Por ser a entidade mais conhecida e prestigiada deste sistema de entidades estudantis, tornou-se a mais importante entidade da juventude brasileira e uma das mais importantes entidades estudantis da América Latina e de todo o mundo.

Atualmente, o papel da UNE no movimento estudantil interna-

cional e na articulação brasileira e mundial dos movimentos sociais é relevante. Na última Conferência sobre Ensino Superior da Unesco, em Paris, a UNE do Brasil foi indicada para falar em nome dos estudantes de todo o globo na plenária. A UNE faz parte do grupo de contato da Rede Mundial de Movimentos Sociais, surgida no Fórum Social Mundial, e é membro do Secretariado Executivo da Oclae, entidade latino-americana de estudantes, com sede em Havana, Cuba.

No Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a única entidade estudantil e juvenil que está representada é a UNE, através de seu presidente, Felipe Maia. Ao lado da CUT e do MST, a UNE está entre as principais entidades do movimento popular brasileiro.

Convocado 48º Congresso da UNE

Realizado de 28 a 30 de março com a participação recorde de 207 entidades, entre uniões estaduais, diretórios centrais de estudantes e executivas e federações por curso, o Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) convocou o próximo Congresso da UNE para 18 a 22 de junho, em Goiânia. Também foi aprovado o regimento do Congresso, que prevê a eleição dos delegados em abril, maio e início de junho.

Nos dias 7 e 8 de junho haverá o credenciamento dos delegados nos estados. Os critérios são os mesmos do Congresso passado,

devendo ser feita a eleição por curso, em assembléia ou urna.

“Pra Conquistar o Novo Tempo”

Lançado na 3ª Bienal de Cultura da UNE, em fevereiro deste ano, o movimento “Pra Conquistar o Novo Tempo” está em plena campanha para o 48º Congresso da entidade. Formado por lideranças estudantis de todo o Brasil, e aberto a novas adesões, o movimento levanta como principais propostas a luta pela paz e contra a guerra imperialista; a integração da América latina e a campanha contra a Alca; a não inclusão dos serviços educacionais nos acordos da Organização Mundial do Comércio; a luta por um projeto nacional de desenvolvimento e por emprego para os jovens; a construção da Nova Universidade, através de uma reforma universitária; a defesa da cultura popular brasileira e o fortalecimento dos centros e circuitos universitários de cultura e arte, os CUCAs da UNE; e a efetiva participação dos universitários em campanhas cívico-sociais, como o Analfabetismo Zero.

O ineditismo da situação política que vive o Brasil com o governo Lula exige uma nova atitude, uma posição combativa e consequente do movimento estudantil. Ao mesmo tempo em que deve manter com firmeza sua independência em relação ao novo governo — uma posição própria e autônoma, sintonizada com os interesses dos estudantes universitários —,



Felipe Maia com Luiz Dulci

a UNE deve tensionar pela implementação do programa de mudanças aprovado pelas urnas e formular propostas alternativas.

A unidade dos estudantes brasileiros é primordial para assegurar o caráter unitário e apartidário das entidades de base, das entidades gerais dos universitários e de sua entidade máxima, a UNE. A proposta do movimento, do qual também faz parte a União da Juventude Socialista, UJS, é unir todas as lideranças estudantis que estão interessadas no êxito do governo Lula, na superação dessa perversa herança neoliberal e na conquista de um “Novo Tempo”.

Os comunistas e a UNE

Os comunistas têm tido papel de vanguarda no movimento estudantil, desde os tempos da fundação da UNE. Foram várias décadas em que muitas gerações de co-

munistas deram o melhor de sua juventude, até o sangue e a vida em alguns casos, para manter erigida a bandeira azul da UNE.

A história do Partido Comunista do Brasil é inseparável da história da luta dos universitários brasileiros. Nos anos de resistência às ditaduras e aos governos neoliberais, assim como em outros momentos, a participação dos comunistas foi decisiva para que a UNE tivesse uma trajetória tão rica e tão corajosa.

Os estudantes foram força importante para a derrota dos neoliberais e para a vitória de um governo das forças democráticas e populares. Agora que se abrem as possibilidades da conquista de um novo tempo para o Brasil, é fundamental a realização de um Congresso da UNE à altura das exigências atuais. E este Congresso para ser vitorioso deve consagrar a eleição de uma nova diretoria ampla, plural e representativa, que honre a tradição unitária, politizada e combativa da UNE.

O PCdoB deve fazer o possível para contribuir mais uma vez para o êxito deste Congresso da UNE, reforçando o caráter verdadeiramente estudantil, autônomo, independente e apartidário da entidade. Os comunistas são entusiastas da elevação do nível de consciência e de organização dos universitários e de todo o povo brasileiro.

*secretário de Juventude do Comitê Central do PCdoB

Governo Lula e estratégia da CUT

ALTAMIRO BORGES*

Estão sendo realizados os congressos estaduais da maior central sindical brasileira, a CUT, que possui 3.317 entidades filiadas e representa mais de 22 milhões de trabalhadores. Neles serão debatidas as teses apresentadas pelas várias correntes cutistas e eleitos os delegados para o 8º Congresso Nacional, que ocorrerá entre os dias 3 e 7 de junho. O debate sobre a estratégia da central diante do novo quadro político nacional, com a eleição, a posse e os primeiros meses de experiência do governo Lula, será o ponto mais polêmico, acalorado e decisivo deste rico processo de reflexão do sindicalismo.

Desde a sua origem, há 20 anos, a CUT já passou por várias fases na sua elaboração estratégica — grosso modo, desde a visão de um sindicalismo de massas e combativo, identificado com o ideário socialista, até a atual e anódina proposta do “sindicato cidadão”, sem uma perspectiva classista. Apesar desta trajetória errática, ela nunca deixou de ser a principal referência de luta dos trabalhadores. Todo este processo de elaboração, porém, entra agora numa nova etapa, carregada de possibilidades, mas também cheia de armadilhas. O desafio será o de romper os rígidos esquemas mentais, arejando o pensamento estratégico.

Pode-se afirmar que a vitória de

Lula tem uma dimensão histórico-universal. Nunca o país foi dirigido por forças tão nitidamente identificadas com as lutas populares. O Brasil já teve governos progressistas, mas só agora um núcleo de esquerda, forjado na oposição à ditadura militar e à regressão neoliberal, chega ao Palácio do Planalto. Além desta dimensão histórica, a vitória tem forte alcance mundial, com profundos reflexos, em especial, no continente latino-americano. É a primeira vez que o neoliberalismo, hegemônico há mais de 30 anos, sofre um duro revés num país de dimensão continental e peso na economia.

Tamanho êxito, porém, não deve ofuscar os limites do governo Lula. A clara noção destas condicionantes evitará trágicas idealizações. Três fatores pesam na análise da atual correlação de forças. O primeiro é do cenário mundial de grave crise e de recrudescimento da arrogância imperialista. O segundo é a herança maldita deixada por FHC, que entregou ao sucessor um país a beira da insolvência. Por último, o governo Lula ainda terá de enfrentar o quadro de certo equilíbrio político no país, expresso na posição minoritária da esquerda no parlamento e nos governos estaduais. Em síntese: as esquerdas elegeram o presidente, mas não tomaram o poder político; o neoliberalismo foi derrotado eleitoralmente, mas não foi aniquilado.

A compreensão deste quadro

político contraditório será decisiva na definição da estratégia da CUT. O governo Lula, como indicam os primeiros meses de gestão, será alvo de intensas pressões e ameaças. As elites neoliberais, derrotadas nas urnas, farão de tudo para manter a orientação macroeconômica que serve unicamente aos interesses da oligarquia financeira. Tentarão enquadrar o novo governo, vendendo a falsa idéia de que não há alternativas às imposições do “deus mercado”. Caso se sintam ameaçadas, jogarão na desestabilização do governo, usando todos os ardis políticos e econômicos — como já ensina a Venezuela.

O jogo será pesado, nada comparável a um idílico cenário de “paz e amor” e de pacto entre classes sociais antagonicas. E a pressão não virá só de fora do Planalto. Ela se reflete na própria composição do governo, com setores chaves insistindo na manutenção do perverso modelo neoliberal. Ou seja: os quatro anos de gestão de Lula serão palco de intensa disputa, de encarniçada luta de classes. A CUT deverá se posicionar diante deste fogo cerrado. Indiscutivelmente, o seu futuro está na berlinda! Um erro de cálculo pode gerar esvaziamentos, desgastes, fraturas e, inclusive, o fortalecimento da direita Força Sindical.

Neste cenário contraditório, eleva-se o papel da CUT como força protagonista. Ela precisará exercitar,

num patamar ainda mais elevado, a relação dialética entre unidade e luta, preservando sua autonomia na defesa dos anseios dos trabalhadores. Por um lado, ela deve dar apoio ao projeto mudancista expresso no governo Lula. Na atual correlação de forças, a derrota deste seria uma grave derrota do projeto alternativo das esquerdas. Por outro, precisa zelar pela independência de classe, viabilizando um campo de pressão ativo pelas mudanças que o país necessita e as urnas exigiram, contrapondo-se ao jogo pesado das elites.

Unidade e luta

A CUT deve evitar dois extremos perigosos. Nem a postura voluntarista que desconsidera a realidade e, de forma indireta, faz o jogo da direita; nem a postura passiva, de apoio incondicional, que transformaria a central num apêndice do governo, sem vida e sem perspectiva de classe. Para algumas forças com visão míope, a vitória eleitoral não representou nada de novo; para outras, mais pragmáticas, expressou um fim em si mesmo, o ponto de chegada do seu projeto estratégico. Para os classistas, esta histórica vitória deve ser encarada como um meio, um passo a mais na luta para alcançar o objetivo estratégico do socialismo: representa um patamar mais elevado para o avanço das lutas imediatas e futuras da classe trabalhadora.

Com esta compreensão, o sindicalismo classista enfatiza a importância da autonomia e independência da CUT. Rejeita qualquer tentativa de ingerência do governo na central e qualquer postura de passividade, de cooptação, da sua direção. O caminho da institucionalização da CUT seria trágico à luta dos trabalhadores e não traria nenhuma vantagem ao governo Lula. Diante da pressão das elites, a CUT precisa apostar na mobilização ativa dos trabalhadores, na luta pela conquista de uma sociedade soberana, democrática e mais justa — compromisso do projeto democrático e popular personificado pelo presidente Lula.

Na busca da mais ampla unidade na defesa do desenvolvimento econômico com a distribuição de riquezas e renda, a CUT não pode abdicar do seu projeto de classe; não pode confundir unidade nacional com a falsa conciliação de classes; não deve aceitar pagar o “pacto” da grave crise do capitalismo. As medidas de manutenção da política anterior, com seus ajustes recessivos e suas reformas liberalizantes, devem receber a crítica construtiva, mas incisiva, da maior central de trabalhadores do país. Seu esforço é para que o Brasil trilhe outro caminho, que de forma cautelosa, mas decidida, supere o modelo neoliberal. Fundação Maurício Grabois

*do Comitê Central do PCdoB

MOVIMENTO

CUT tem proposta unificada para reformas sindical e trabalhista

GILSON REIS*

Conforme deliberação da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizada em dezembro de 2002, foram constituídas cinco comissões internas para elaborar propostas da central sobre as reformas encaminhadas pelo governo federal (Previdenciária, Tributária, Sindical e Trabalhista, Agrária e Reforma do Estado). A sindical e trabalhista foi formulada em consenso por todas as correntes que atuam na central; agora deverá ser aprovada no Congresso Nacional da CUT (Concut) e servirá de instrumento político no debate com os Trabalhadores, com as outras centrais sindicais, com o governo federal e o Congresso Nacional.

O documento consiste basicamente em quatro partes: avaliação do cenário político atual; a herança do neoliberalismo no campo trabalhista e a necessidade de sua depuração, elaborando um novo código de trabalho; a reorganização do movimento sindical; e como a CUT deverá participar do debate externo.

Na avaliação da comissão interna da CUT, o cenário político desencadeado com a vitória eleitoral de Lula possibilita ao movimento sindical brasileiro avançar

na sua organicidade e nos direitos trabalhistas.

Para iniciar o debate sobre um novo código de trabalho (RDT - Relações Democráticas de Trabalho), a comissão compreende que é preciso primeiramente retirar todo o entulho imposto pelos governos FHC e Collor, resgatando as bases do direito trabalhista do início da década de noventa, para a

partir deste novo patamar estabelecer as nossas bases contratuais entre capital e trabalho.

Outro ponto importante do documento diz respeito à necessidade histórica de os trabalhadores conquistarem o seu legítimo direito de se organizarem desde o local de trabalho até a central sindical, com liberdade e autonomia, mantendo a unidade dos trabalhadores e traba-

lhadoras, evitando sua pulverização em milhares de pequenos sindicatos (pluralismo sindical) e exigindo o reconhecimento público da Central Sindical dos Trabalhadores.

Por fim, o documento trata da necessidade de envolver o conjunto do movimento sindical neste debate (as centrais e as Confederações), através do Fórum Nacional dos Trabalhadores, como for-

ma de organizar as propostas e idéias para enfrentar o debate no fórum tripartite proposto pelo governo federal (Conselho Nacional do Trabalho) onde estarão presentes os trabalhadores, os empresários e o próprio governo.

* da Executiva Nacional da CUT e da coordenação da CSC

Calendário da reforma

MARCOS VERLAINE

Está, em certa medida, definido o calendário da reforma trabalhista. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviará a reforma Trabalhista quando as reformas Tributária e da Previdência estiverem em fase final de apreciação no Poder Legislativo.

Algumas datas já estão definidas. No dia 29 de maio será instalado o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Ele reunirá trabalhadores, sindicalistas e empresários em uma série de debates para discutir e formular uma política sindical. Segundo o secretário de Relações de Trabalho, Osvaldo Martines Bargas, "onde

não houver consenso entre sindicalistas e empresários, o governo vai decidir".

Na primeira reunião do grupo temático que trata da reforma trabalhista no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) não houve consenso sobre o modelo de organização sindical (plurissindicalismo ou unicidade sindical).

Nos três subgrupos que discutiram o assunto, um se posicionou pela unicidade. Tudo indica que a questão de fundo será o debate acerca do modelo de organização sindical, tema que dividirá as opiniões no FNT e na discussão propriamente da reforma Tra-

balhista, sobretudo no seio do movimento sindical.

O FNT traz em si contradições que precisarão ser superadas. A equação a ser resolvida é: como trabalhadores e empresários irão discutir suas contradições centrais, cujo pano de fundo é a clássica disputa entre o capital e o trabalho?

Esse é um aspecto que deve ser considerado, sob pena de não ver prosperar as discussões travadas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, fórum que tem se incumbido de amadurecer os debates acerca das reformas constitucionais do governo Lula.

Calendário

Em julho começam os debates nas comissões temáticas, que devem abordar temas como o imposto sindical e mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério deverá encaminhar o resultado dessas discussões para o presidente Lula em novembro e, em seguida, a matéria será discutida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

O governo deverá encaminhar a reforma Trabalhista para exame e votação do Congresso no início do próximo ano.

Índios do Acre querem Apurinã, do PCdoB, no Senado

LILIAN ORFANO

Amanhã de 15 de abril, o plenário da Assembléia Legislativa do Acre, pela primeira vez, foi aberto a representantes de 14 das 16 etnias índias identificadas no Estado. Kaxinawá, Yawanawá, Manchineri, Jaminawá, Kulina, Ashaninka, Shanenawá, Arara, Katukina, Jaminawa-Arara, Nukini, Apurinã, Poyanawá, Nawá participaram da sessão solene proposta pelo deputado estadual Ed-

valdo Magalhães (PCdoB) para pleitear que o segundo suplente da senadora Marina Silva - ministra do Meio Ambiente -, o índio Antônio Apurinã (PCdoB/AC), assumira o cargo no Senado Federal para desencravar no Congresso Nacional o Estatuto do Índio, que tramita a passos lentos há 20 anos. Eles querem ainda garantir um canal de discussão para a implementação de uma política ágil para a demarcação de terras indígenas.

Para o deputado estadual Moi-

sés Diniz (PCdoB), "seria a primeira vez que o Brasil teria um senador índio. Antônio é um dos fundadores do movimento indígena no Acre e tem importante participação no Departamento de Antropologia Indígena da Universidade Federal do Acre".

Os índios acreanos querem ainda que a proposta de Florestania do governo acreano seja colocada em prática o quanto antes, a fim de garantir justiça e direitos aos povos da floresta. Os índios cobraram dos

deputados punição do soldado que teria assassinado o índio jaminawá Raimundo Silvino durante uma briga no município de Feijó há mais de quatro anos. O soldado teria sido promovido a sargento. "Morreu um jaminawá, um humano, e não um bicho", disse o presidente da União das Nações Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas, Francisco Avelino, o Chico Preto.

O coordenador de Saúde Indígena do convênio Funsu/Funai, índio Ubiracy Brasil, enumerou três pontos importantes a serem reivindicados ao governo estadual. Primeiro, que se crie uma comissão para investigar fatos relacionados à violência contra povos índios. Outro ponto foi o tratamento dispensado aos índios nos postos de saúde pública no estado. A última cobrança foi para reforçar o pedido de Antônio Apurinã assumir o Senado: "Seria um ato que abriria as relações com os índios com chave de ouro. Escrevemos a nossa história com a nossa extinção e agora queremos o espaço no Congresso para mudar este quadro, disse Brasil". Várias outras lideranças índias sugeriram que o governo implemente programa de línguas indígenas no currículo escolar da comunidade branca.

O deputado estadual Moisés Diniz vai apresentar quatro propostas para os povos índios e encaminhar uma quinta sugestão à deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC) em Brasília. A primeira trata-se de um anteprojeto de lei que transfira a segurança comunitária indígena no Acre. O projeto prevê bolsas para jovens índios atuarem como protetores de

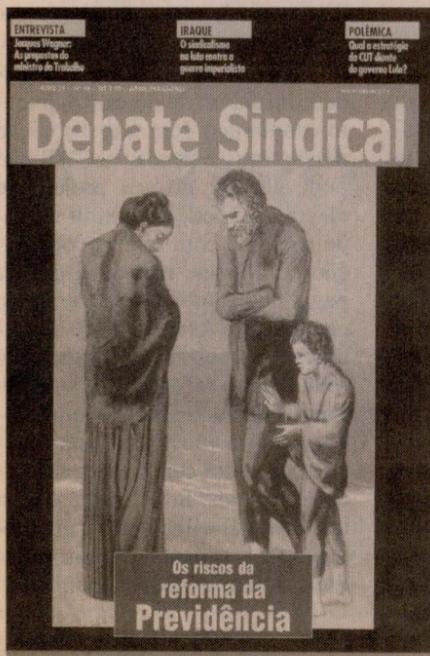


Antônio Apurinã (PCdoB)

suas terras, costumes e cultura. Vai propor também que línguas índias sejam oficializadas nas escolas da rede pública: "É inconcebível que municípios como Jordão e Santa Rosa, onde quase metade da população é indígena, não se ensine língua indígena nas escolas".

A terceira proposta estabelece no Acre o ICMS Indígena, a fim de garantir investimentos dos recursos estaduais nas aldeias índias. Moisés vai sugerir ainda à deputada Perpétua Almeida que proponha a criação do FPM Indígena na Câmara Federal. O último compromisso foi a criação da nona comissão permanente no Parlamento para tratar de Assuntos Indígenas e Extrativismo. A sessão teve início com a leitura de um poema escrito pelo deputado Moisés Diniz em homenagem aos povos índios:

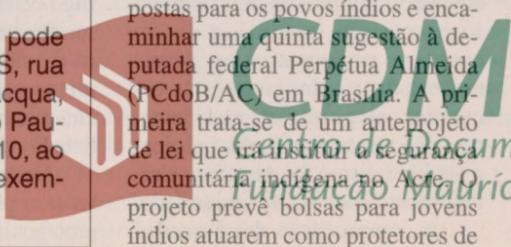
Para quem quer entender o movimento sindical



Está em circulação a edição 46 de **Debate Sindical**, publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais, trazendo como assunto de capa "Os riscos da reforma da Previdência". Em suas 58 páginas, a revista traz artigos do coordenador nacional da Corrente Sindical Classista, João Batista Lemos, uma polêmica entre o presidente da CUT, João Felício e o dirigente da CUT e da CSC, Wagner Gomes, sobre a estratégia da central sindical diante do governo Lula, entrevista com o ministro do Trabalho, Jacques Wagner, além de artigos de José Carlos Ruy, Márcio Pochmann (secretário do

Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de S. Paulo), Osvaldo Bertolino, Maria da Conceição Tavares, Antônio Augusto de Queiroz, José Luís Fiori, Altamiro Borges, João Guilherme Vargas Netto, Augusto Buonicore, João Pedro Stedile, João Quartim de Moraes, Herval Pina Ribeiro, Roniwalter Jatobá, Everaido Augusto, César Benjamin, Manoel Rangel, Giovanni Alves e Gilson Reis.

Debate Sindical pode ser solicitada ao CES, rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, ao preço de R\$ 7,50 o exemplar.



INTERNACIONAL

Por Cuba, pela humanidade

JOSÉ REINALDO CARVALHO *

Ainda se ouvem tiros em Bagdá, bairros residenciais continuam fumegando depois dos bombardeios realizados pela coalizão agressora anglo-americana, a crise humanitária que acomete a população iraquiana assume proporções calamitosas; enquanto isso, as autoridades diplomáticas e militares da superpotência identificam novos alvos das futuras etapas da escalada belicista. Mas parece que nada disso diz respeito às preocupações do “mundo democrático”, eis que todos se encontram agora empenhados na solução do “problema” dos direitos humanos em Cuba.

Um coro ensurdecido, de que passaram a fazer parte até mesmo respeitáveis vozes de dirigentes comunistas europeus e luminárias da literatura universal, reverberou acusações caluniosas e surradas contra a revolucionária ilha, sentenciada como país que não respeita os direitos humanos, às vésperas de mais uma votação do requeitado tema na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. No Brasil, estamos a braços com os fernandinhos beiramar da vida, com o terrorismo dos narcotraficantes erguendo estados paralelos, infiltrados nas altas esferas, assistindo a cada dia a novos episódios do permanente motim de prisões e febens, mas a mídia e a direita tucano-pefelista preferem destacar o tema cubano. As preocupações podem ser nobres, mas quem dá opinião sobre temas da política internacional não tem o direito de não enxergar o que se esconde por trás de cada fato, quem rege o coro e quais as motivações de quem mexe a batuta. A campanha desencadeada não é neutra, tem autor definido e roteiro traçado. Trata-se de mais um episódio da luta de mais de quatro décadas do imperialismo norte-americano contra Cuba. A motivação é dar vida e força à contra-revolução cubana, o escopo final é

derrocar o governo legitimamente constituído da República de Cuba.

A punição com duras penas de prisão de conspiradores manipulados pelo Escritório de Interesses dos Estados Unidos em Havana, a soldo de organizações subversivas como a Fundação Cubano-Americana e o Conselho pela Liberdade em Cuba, sediadas em Miami, subvencionadas pelo governo norte-americano, e o fuzilamento autorizado por uma condenação legal de três terroristas que atentaram contra a segurança de cidadãos indefesos e contra a integridade territorial do país, seqüestrando um barco de transporte de passageiros, são fatos extraordinários, que alteram a normalidade da vida, indicam tensão e a ocorrência de conflitos políticos. São medidas duríssimas, extraordinárias, extremas e como tais indesejadas pelo povo cubano, por seu governo, sua liderança e seus amigos no exterior. É uma situação incômoda para um país pacífico e humanista como Cuba. Mas é dessas situações em que não se tem escolha. Ou se adota a posição acertada, ou os prejuízos serão fatais.

As autoridades judiciais cubanas proferiram a sentença de pena capital contra os três terroristas seqüestradores como medida de autodefesa do Estado cubano e da vida de seus cidadãos. Nos últimos sete meses foram praticados em Cuba sete atentados terroristas de seqüestro, dois deles de aviões que foram parar em Miami. No caso em tela, seqüestrou-se um barco com 36 passageiros, entre eles mulheres e crianças, submetidos a ameaças de morte e outros vexames. É este um ato legítimo de dissidência política ou um crime hediondo, típico do terrorismo passível de exemplar punição? A tibieza das autoridades seria confundida com permissividade, que abriria grave precedente. O país seria alvo de novos atentados, atos de sabotagem, ações subversivas, distúrbios de todo tipo, até criar-se o pretexto para um golpe de força



Ato em defesa da revolução cubana, em Havana

contra o governo legitimamente constituído. Agindo de maneira exemplarmente dura contra os terroristas, as autoridades judiciais cubanas impediram uma escalada ameaçadora à segurança dos cidadãos e à integridade do país. É legítimo que o Estado cubano se defenda e, ao fazê-lo, proteja a sociedade.

A dura sentença não foi proferida ao arrepio da lei. Sendo revolucionário e socialista, o Estado cubano é também um Estado de direito. Tem seu arcabouço jurídico, Constituição, normas, códigos, leis e instituições que os aplicam e administram. Informações oficiais de Havana dão conta de que, embora de duração curta, porque os fatos eram notórios e as provas irrefutáveis, os processos foram abertos, tendo sido assegurados aos acusados e à defesa o acesso a toda a documentação, o direito de defesa e até de recurso ao Supremo Tribunal e ao Conselho de Estado. Assim, além de legítima, a atitude das autoridades judiciais cubanas foi também legal e o rito, embora curto, de acordo com a legislação penal cubana, foi normal.

Cuba não é o único país do mundo em que vigora a pena de morte. E nem me parece que qualquer país tenha autoridade moral para condenar a nação socialista antilhana por desrespeito aos di-

reitos humanos. Muito menos os Estados Unidos, que, sobre serem genocidas pelos crimes de lesa-humanidade que têm perpetrado no curso da sua guerra infinita, enfrentam gravíssimos problemas de direitos humanos no interior de suas fronteiras e têm a maior população carcerária do mundo, num dos mais cruéis sistemas prisionais.

O Brasil tem outras tradições e ordem jurídica distinta. Nosso código penal não prevê a pena de morte e o desejo de todos os que lutamos para superar revolucionariamente as iniquidades sociais do regime das classes dominantes é que, numa sociedade estruturada sobre novas bases econômicas e sociais, consigamos soerguer uma ordem jurídica e política a mais próxima possível dos nossos ideais socialistas, pacifistas e humanistas.

Nessa luta seremos sempre flexíveis na tática e nos métodos, pusilânimes jamais. E não nos permitiremos equívocos quanto ao lado em que nos posicionamos na luta de classes (passe o termo, por favor, como ele é atual!), nem nos enganaremos quando a tradução dessa luta for a defesa de princípios revolucionários, da ética comunista, da perspectiva histórica. Mais do que nunca estamos imersos na grande batalha de idéias, em que o valor dos combatentes é

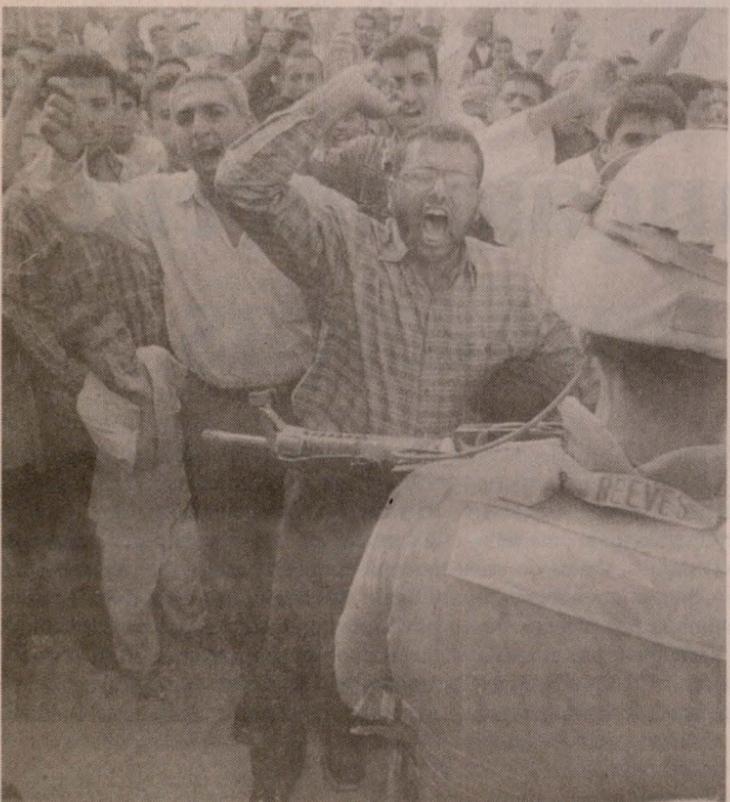
a persistência em meio às condições adversas e o que menos importa diante dos ataques do inimigo são invencionices hipócritas sobre direitos humanos e “democracia” vulgar.

Não há “direitos humanos” universalmente válidos que se sobreponham ao direito à vida no quadro da autodeterminação e da independência nacional. Aliás, isto é reconhecido pelas Nações Unidas, através de sua Carta, Convenções e Resoluções fundamentais. Não há por que um revolucionário se acovardar diante dessa evidência e escapar à questão de fundo: tem o povo cubano ou não o direito inalienável de, no quadro de sua independência, soberania e autodeterminação, escolher o regime político e econômico, a organização social que lhe convenha e nesse marco cultivar seus valores democráticos e fruir os humanos direitos? É indubitável que sim e é isto o que está em jogo. O imperialismo norte-americano e seus lacaios no mundo opõem-se à existência de Cuba livre, democrática, independente, revolucionária e socialista. Essa luta dura mais de quatro décadas e parece que vai durar muito mais. Nas condições de hoje, a oposição imperialista à liberdade e à soberania se volta contra todos os povos e nações. A ditadura planetária de Bush lançou o repto: “Comigo ou escravizados a mim”, por isso a defesa de Cuba não se prende apenas à circunstância, antes é a defesa de um princípio que tem a ver com o destino de todas as nações e de toda a humanidade.

Diz a sabedoria popular que é nos momentos difíceis que se conhecem os amigos. Nosso país, nosso povo e suas forças progressistas, entre elas o Partido Comunista do Brasil, não faltarão a Cuba nesta hora. Pela circunstância e por uma questão de princípios.

*vice-presidente do PCdoB, responsável pelas relações internacionais

PCdoB defende mais mobilizações contra ocupação do Iraque



Iraquianos protestam contra os norte-americanos em Nassiriya

A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB, reunida dia 14 de abril em São Paulo, divulgou uma nota enfatizando a necessidade de “seguir com as mobilizações contra os intentos de Bush e seus asseclas”, face à realidade criada com a ocupação de Bagdá e outras cidades iraquianas. Veja a íntegra do texto:

A ocupação do Iraque pelas tropas invasoras da coalizão imperialista anglo-americana depois de maciços bombardeios que massacraram a população civil desperta repulsa entre os povos do mundo. Sob o tacão das tropas agressoras, o país vive uma situação de caos onde reinam os saques e a destruição, onde nem a integridade de escolas, hospitais ou sítios arqueológicos é respeitada.

Consumada a ação guerreira, os imperialistas tratam agora de recolonizar o país, impondo ao povo iraquiano um protetorado militar sob a direção direta do Pentágono e da Casa Branca.

Confirma-se a ambição amplamente denunciada pelos povos, de ocupação total do Iraque e de pilhagem de suas riquezas, sobretudo o petróleo.

Não contentes com o produto da guerra, as autoridades norte-americanas seguem com sua voracidade ameaçadora a outros países e povos, sinalizando que os planos expansionistas no Oriente Médio e no mundo prosseguirão. As ameaças agora se voltam contra a Síria, o Irã e a RPD da Coreia e, proximamente, contra qualquer outra nação independente e soberana do mundo.

As manifestações populares contra a guerra demonstram a indignação dos povos de todo o mundo contra os intentos imperialistas de dominação planetária. No Brasil, em várias cidades nosso povo se somou ao sentimento de todo o mundo, realizando expressivas demonstrações antibelicistas. É necessário seguir com as mobilizações contra os intentos

de Bush e seus asseclas. Nessa nova etapa, a luta deve ter como centro a solidariedade irrestrita ao povo iraquiano, com a defesa de sua soberania; contra a ocupação militar anglo-americana e sua política de levar adiante a guerra infinita por meio de guerras preventivas aos países que não se submetem ao seu ditame; e pela restauração do direito internacional, com o restabelecimento de fóruns multilaterais que possam dirimir diferenças entre nações e resguardar a paz no mundo. De imediato, é necessário que as Nações Unidas assumam a tarefa de reorganizar o estado iraquiano, assegurando a autodeterminação nacional.

O Partido Comunista do Brasil associa-se ao clamor das forças democráticas de todo o mundo pela paz e pela construção de uma nova ordem internacional livre do imperialismo norte-americano.

Período especial na vida do Partido

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, considerando a substancial mudança no cenário político nacional, após a vitória das forças de esquerda e progressistas nas eleições de 2002 e a formação do governo Lula, decidiu convocar sua 9ª Conferência Nacional. Essa iniciativa demarca um período especial na vida do Partido, que exige intensificar a ação política e de massas dos comunistas, bem como dinamizar a vida interna e impulsionar a estruturação partidária.

A convocação de uma Conferência Nacional partidária tal como o faz o PCdoB neste momento é extraordinário acontecimento na vida política nacional. O Partido é o único a reunir-se de norte a sul do país para unificar sua posição frente ao governo e a um momento político que perseguiu e ajudou a construir ao longo de mais de uma década. O documento-guia dos debates Um novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução

de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista e as normas da Conferência podem ser encontradas no jornal **A Classe Operária** nº 222 e na página do PCdoB na internet.

O militante participa em sua organização de base, nas sessões municipais e estaduais e também por meio desta Tribuna de Debates, que, além de sua versão impressa, aqui publicada, possui sua versão eletrônica na internet (www.pcdob.org.br). Cada militante tem direito de enviar até 3 artigos de no máximo 4.200 caracteres (três laudas) para a Comissão Editorial da Tribuna de Debates (formada por Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy e Edvar Bonotto).

Os artigos são publicados por ordem de chegada com o limite de 31 de maio. Envie sua contribuição para o endereço eletrônico: debates@pcdob.org.br ou para a Comissão Editorial da Tribuna de Debates da 9ª Conferência (Alameda Sarutaiá, 185, Jardins, cep: 01403-010, São Paulo/SP)



Lançamento da 9ª Conferência, em Recife

Guerra cotidiana

CARLOS ALBERTO FREIRE
CARDOSO JUNIOR*

*“Enquanto os homens exercem seus
podres poderes
Morrer e matar de fome, de raiva e de
sede
São tantas vezes gestos naturais”.*

(Caetano Veloso)

É oportuno que o Partido realize a 9ª Conferência Nacional debatendo a realidade mundial, nacional e outras questões relevantes para o processo de transformação social, pois a ordem mundial passa por um realinhamento de suas forças político-econômicas e em nível nacional vivemos a perspectiva de uma nova era.

No 4º parágrafo do documento aprovado pelo Comitê Central para a Conferência, temos: “A crise é produto da dimensão do impasse do sistema capitalista atual, mani-

festação exacerbada das contradições do mundo contemporâneo. A natureza do regime capitalista-imperialista não mudou sua essência”.

O conflito armado no Iraque é consequência direta das contradições do modo de organização da sociedade contemporânea (capitalista). A luta que acontece no Oriente Médio faz parte de uma totalidade mundial e não se limita somente ao aspecto físico — materializado nas ações militares, econômicas e de outra ordem —; ela é também ideológica. O discurso imperialista tenta legitimar sua carnificina contra o povo árabe atribuindo a alguns países do Oriente Médio a fabricação de armas químicas e um eventual apoio a grupos terroristas que tentam desestabilizar a ordem social, econômica e todo “processo civilizatório” da “humanidade” — que de humano não tem nada. Tenta-se passar que o mundo contemporâneo alcançou um grau de desenvolvimento humano jamais visto em toda a história humana.

Em oposição, outras forças políticas se posicionam contra a guerra e a favor da paz; todavia, utilizam-se de um discurso próximo ao dos capitalistas, ao afirmarem que a organização social contemporânea conseguiu desenvolver-se de tal forma que não há espaço para nenhum tipo de ódio, carnificina ou guerra. Nós, comunistas, devemos aglutinar o maior número de forças políticas em torno da campanha pela paz; mas, com um diferencial: desmascarar o verdadeiro objetivo imperialista — o controle geopolítico e dos recursos petrolíferos do Oriente Médio — e denunciar as contradições do sistema imperialista.

Para a investida antiimperialista e revolucionária é imprescindível agregar a guerra armada à guerra cotidiana que é desencadeada de forma sistemática pelo capital. O proletariado sofre diariamente com os problemas gerados e gerenciados pela lógica do capital, como: falta de água tratada para uso humano em áreas urbanas e rurais; a fo-

me que mata milhões de indivíduos por ano; o acesso à saúde, uma variável indispensável ao desenvolvimento de qualquer sociedade; o local de habitação; a falta de transporte público de qualidade e acessível; a falta de segurança física e emocional; educação, que é outra variável importantíssima para o desenvolvimento humano. Todos esses conflitos do dia-a-dia só serão resolvidos com a transformação do modo de produção capitalista.

Essas numerosas micro-guerras avançadas pelo sistema capitalista colocam em questionamento todo o “processo civilizatório burguês” atual.

A guerra deve ser denunciada nos planos micro e macro. Esta variável é que faz a diferença entre um partido comunista e outras forças políticas que não apóiam a guerra.

*do Distrital da Universidade
Federal do Pará.

O povo almeja mudanças, porém não são quaisquer mudanças

SANDRO LOURENÇO*

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*

Começo com este poema de Mário Quintana, pois retrata o caminho admirável do Partido comunista do Brasil, que aos seus 81 anos continua firme, jovem e forte na luta intransigente pelo socialismo. Sem esquecer das problemáticas naturais que temos no País, o Partido acertadamente tem

se colocado na vanguarda dos movimentos sociais, dialogando com todos os setores da sociedade. É justamente por isso que obtivemos inúmeras vitórias, que não podem ser resumir apenas — mesmo sendo importantes —, nas eleições. Estamos em novos tempos, mas ligados a todo um passado de resistência e principalmente de opressão.

Do passado recente lembramos do surgimento das indústrias e conseqüentemente do movimento sindical, em particular do nascimento do operariado brasileiro. Lutamos e conseguimos a legislação própria, que muitos a titulam de Getulista, atrasada, e que pre-

cisa de reformulação. De fato, a CLT é tudo isso, e muito mais. Mas as mesmas pessoas esquecem de detalhes importantes. Foi com muita luta, capitaneada principalmente pelo Partido, que a conquistamos. Antes de ser um atraso, a CLT tem que ser compreendida do ponto de vista histórico e não pontual. Por isso que o PCdoB, participe e protagonista das inúmeras conquistas obtidas no País, precisa formular as mudanças necessárias para o Brasil do ponto de vista dos trabalhadores, que há séculos têm sido explorados.

Precisamos lembrar que o povo almeja mudanças. Porém, não é qualquer mudança.

O país nos seus quinhentos e três anos passou por inúmeras mudanças. Nesse mesmo período só uma coisa não mudou: o poder. As mudanças têm que, mesmo sendo pequenas, apontar que o poder pré-estabelecido está mudando, que as expectativas do povo, mesmo estando longe, serão atendidas e que um dia, mesmo faltando muito, mudaremos este sistema opressor. Que o povo agora tem vez e voz!!

Ciclo e processo brasileiro (parte 1)

EDVAR LUIZ BONOTTO*

O documento para a 9ª Conferência inicia afirmando: "A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República abre um novo ciclo histórico e político no Brasil — não se tratando de uma simples alternância de governo. Esse desfecho parte de causas objetivas e subjetivas. Na última década agravou-se o sobremodo o impasse histórico brasileiro (...)" (PCdoB, "Um novo tempo para o Partido...", in **A Classe Operária**, 27/3/03) Assim, teceremos algumas considerações sobre algumas das questões implicadas, em especial sobre a idéia de "ciclo".

Na última década, o "modelo de estabilização veio acompanhado de um crescimento bastante rápido do passivo externo da economia, além do interno. Mas, ao contrário do processo de endividamento dos anos 60 e 70 que financiou, direta e indiretamente, projetos destinados a substituir importações e/ou a estimular as exportações, a nova etapa de dependência do financiamento externo aumentou consideravelmente a vulnerabilidade da economia brasileira a um choque externo." (Belluzzo & Almeida, 2002: pp. 378)

Para Ignácio Rangel: "O Brasil é uma economia extremamente sensível aos acontecimentos internacionais, inclusive os econômicos, particularmente os que se manifestam por impulsos partidos do centro dinâmico, em torno do qual gravita (...) o centro dinâmico engendra movimentos periódicos ou cíclicos que (...) assumem a forma de fluxos e refluxos, que de perto nos interessam, porque condicionam e regulam a amplitude e as condições do nosso comércio exterior. Dentre essas flutuações econômicas merece especialíssima atenção o chamado 'ciclo longo' ou 'onda longa' e que Joseph Schumpeter batizou com o nome do economista russo que o estudou com maior atenção e consequência: Nikolai Kondratieff." (Rangel, 1981: p. 12)

Procuraremos entender esse tipo de flutuação com os ciclos de médio prazo no caso brasileiro, sem desconsiderar as peculiaridades estruturais (1) do capitalismo e de sua fase imperialista (2).

J. A. Schumpeter escreve que "(...) quando elaborei a teoria do ciclo econômico, tinha como certo que havia um único movimento ondulatório, o descoberto por Juglar [de curta duração, de aproximadamente seis a dez anos de variações alternadas na atividade econômica]. Estou convencido agora de que há pelo menos três desses movimentos (...)" (Schumpeter, 1988: p. 5)

O ciclo longo teria sua causa no modo como se gesta e propaga a inovação tecno-

lógica, o elemento mais dinâmico do processo de desenvolvimento dos instrumentos de produção, ou seja das forças produtivas. Os longos ciclos no sistema capitalista resultam de sólidos investimentos ou de sua depreciação em infra-estrutura. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação. Durante a fase descendente dos ciclos longos, ocorrem muitas e importantes descobertas e invenções, na técnica da produção e do comércio, as quais, não obstante, somente costumam ter aplicação em larga escala na vida econômica prática, quando começa nova e persistente fase ascendente. "O Brasil costuma reagir às flutuações econômicas de longo prazo — às 'fases' do ciclo de Kondratieff — de forma muito ativa ou dinâmica, quer quando se aplica a produzir excedentes exportáveis, nas 'fases a', quer quando se aplica a substituir importações, nas 'fases b' dos ciclos." (Rangel, 1981: p.13)

Para I. Rangel, as crises nas relações externas se dão na fase descendente do ciclo de Kondratieff (décadas de 1810, 1870, 1930, 1980) e determinam alterações nas alianças de classe que governam o modo de produção no Brasil. Na fase ascendente, investimentos nos "elos frágeis" estimulam os "elos forte" e desencadeiam crescimento. Na fase descendente há capacidade ociosa generalizada, e inexistência de planejamento e de reorganização financeira para investir em novos setores (para dinamizar a economia via novos elos frágeis). Rangel ainda observa: "O paralelismo entre as vicissitudes de nossa história nacional e os ciclos longos é, pelo menos, sugestivo. Com efeito, na fase 'b' do 1º Kondratieff, tivemos a Independência; a 'b' do 2º Kondratieff deu-nos a Abolição-República; quanto à Revolução de 30, que enquadraria institucionalmente a industrialização, foi, segundo todas as aparências, um incidente da fase 'b' do 3º Kondratieff." (Rangel, 1982: p. 19)

Rangel relaciona ciclo longo e ciclo médio no caso brasileiro: "Isso a que chamamos de 'ciclos juglarianos internos' tem (...) uma etiologia diferente da dos ciclos longos. (...) nossos ciclos internos, partindo de um nível tecnológico dado exogenamente, parecem depender essencialmente das inovações institucionais que se seguem a cada crise. Cada crise resolve-se em mudanças institucionais que sensibilizam certos grupos de atividade, suscitando, afinal, investimentos que elevam a conjuntura e permitem melhor utilização da capacidade excedente, deixada pelos ciclos anteriores. (...) as atividades específicas reagem a

determinadas mudanças institucionais — referentes ao câmbio, à moeda, ao fisco, ao crédito, à estruturação jurídica das empresas, etc.

Por outras palavras, o Ciclo Longo parece explicar-se essencialmente pela mecânica que governa o nascimento e a propagação das inovações tecnológicas — interessando, portanto, a economia, no que essa depende do crescimento das forças produtivas. Inversamente, o ciclo médio, supondo dadas as condições tecnológicas do desenvolvimento e, portanto, o nível e a natureza qualitativa das forças produtivas, interessa principalmente a economia no que ela depende do enquadramento jurídico-institucional no qual essas forças se devem mover." (Rangel, 1982: p. 39) [continua]

*da Comissão Nacional de Formação e Propagação, da redação da revista **Princípios e do jornal A Classe Operária**.

Notas

(1) Ao abordar a "Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro", em "A lei enquanto tal", Marx escreve que: "(...) o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua (...) como tendência a uma queda progressiva. (...) uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho." (Marx, 1988: p. 155)

(2) Segundo V. U. Lênin: "(...) o capitalismo monopolista agudizou todas as contradições do capitalismo. (...) a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial. (...) a exploração de um número cada vez maior de nações por pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isso originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, (...) a formação dos Estados-rentiers, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e da emissão de títulos. Seria um erro pensar que essa tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas esse crescimento não só é cada vez mais

desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (...). (Lênin, 1982: p. 668)

Bibliografia

- BELLUZZO, L. G. & ALMEIDA, J. G. 2002. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRASIL, Presidência da República 1974. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)*. Brasília: IBGE.
- BRASIL & Fundo Monetário Internacional 2002. *Memorando de política econômica/Memorando técnico de entendimentos*. Brasília/Washington: Ministério da Fazenda-Banco Central/Diretoria-Geral FMI.
- FURTADO, C. 1976. *Formação econômica do Brasil* (14 ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
1977. *Prefácio a Nova economia política* (2 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1981. *O Brasil pós-"milagre"* (4 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
1992. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra.
2002. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.
- KALECKI, M. 1987. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec.
- LENIN, V. I. 1982. *Obras escolhidas*, v. 1 (2 ed.). São Paulo: Alfa-Ômega.
- MARX, K. 1982. *O capital*, v. 1 (8 ed.). São Paulo: Difel.
1988. *O capital*, v. 4 (livro III - O processo global da produção capitalista). São Paulo: Nova Cultural.
- RABELO, R. 2002. "Desafios para um novo Brasil sob o governo Lula"; in *Princípios*, nº 67, nov. 2002. São Paulo: Anita Garibaldi.
- RANGEL, I. 1980. "O que é poupança interna?"; in *Civilização Brasileira*, nº 28. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1981. "A história da dualidade brasileira"; in *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 4, out. 1981. São Paulo: Centro de Economia Política.
1982. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1985. *Economia: milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SCHUMPETER, J. A. 1988. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (3 ed.). São Paulo: Nova Cultural.
- VARGAS, G. 1938. *A nova política do Brasil*, v. 5. Rio de Janeiro: José Olympio.

O medo da esperança

DURBENS MARTINS NASCIMENTO*

Desde o 7º Congresso (1988) venho participando ativamente desta TD. Nesse período, escrevi sobre temas variados que incluíram a crise do marxismo (1988); uma crítica à autocrítica tardia do posicionamento do Partido sobre os acontecimentos no Leste Europeu e em particular na Albânia (1988); uma crítica à tese da revolução em duas etapas (1992), posteriormente incorporada ao Programa Socialista do Partido (1995); e, finalmente, nos debates do X Congresso (2001), uma reflexão sobre os dilemas da aliança estratégica com a social-democracia petista num contexto de predomínio da luta polí-

tica institucional. Nessas ocasiões, sempre estive à vontade para realizar a crítica. Contudo, nenhum tema é para mim mais desafiador, e simultaneamente constrangedor, do que a crítica à participação do PCdoB no governo Lula, haja vista a perseverante luta travada para a efetivação dessa aliança.

Quando a aliança, na década de 80 e no começo da de 90, efetivada com os setores liberal-democráticos (alguns nem tanto!) seguia seu curso natural — e que correspondeu ao auge da crise de convivência com os petistas —, passei a afirmar que o surpreendente crescimento dessa organização nos movimentos sociais e populares, bem como na frente institucional-

parlamentar, não poderia mais ser explicada, dentre outras coisas, pelas diferenças históricas de enquadramento à democracia representativa. O PT não sofrera do processo de desaceleração para entrar na atmosfera democrática e não teria sido reprimido, uma vez que surgiu sob as condições da abertura política a partir de 1979, nem tampouco as assimetrias infra-estruturais entre o PCdoB e o PT justificariam tal êxito, embora este tivesse sido favorecido duplamente: o apoio institucional e financeiro da social-democracia europeia e a sustentação na estrutura de uma parte expressiva da Igreja católica.

Havia, no meu modo de ver, uma razão objetiva nesse discurso (ao qual acusa-

vamos de "esquerdismo" e "sectarismo"), um forte componente social e político sintonizado com as aspirações mais profundas de estratos sociais dos trabalhadores, assim como dos setores médios da população brasileira, mormente aqueles intelectualizados, o que, concretamente, significava avaliar em que medida as nossas justas posições eram mais lentamente assimiladas pelas amplas massas do que as promessas do PT. Porém, não se tratava de imitar ou copiar a fórmula, mas de tê-la como parâmetro analítico.

Nesse sentido, considerava — antes inclusive dos debates sobre a formação da Frente Brasil Popular em 1989 —, ser necessária uma flexão tática que, mantendo

a independência e a fisionomia do Partido como sempre fora apregoado, trilhasse um outro caminho que fosse capaz de permitir uma aproximação com o petismo. A FBP cumpriu um papel importante na aproximação dessas organizações partidárias. Obviamente, esse processo foi resultado de autocritica de ambos os lados. Quanto ao PT, cabe registrar o aprendizado desse partido durante o Congresso constituinte, em 1986.

Por outro lado, defendi também que a orientação programática consubstanciada no etapismo seria a causa primordial da dificuldade de localizar — no espectro de forças sociais e políticas no cenário político nacional e as assimetrias regionais — aquelas de fato mercedoras do encaixe “aliados temporários e vacilantes”. Pois bem, quem fez parte dessa tradição e viu nas três eleições o PT encabeçar uma aliança — ainda que eleitoral, porém de relevância estratégica —, percebeu seus pontos de vistas materializados.

Passados os registros da natureza popular-democrática do novo governo e da ineditividade dessa participação nos postos do primeiro escalão, sobretudo da externalização dos justos sentimentos de regozijo por tal conquista, parte-se para a reflexão motivada pela prudência exigida pela análise da racionalidade dialética da situação. As decantadas frases, usadas durante e após o processo eleitoral que conduziu a Frente Popular ao governo central, e que inspiram o título deste artigo, “a esperança venceu o medo” (Lula) e “estou com medo da esperança” (FHC) revelam por trás dos trocadilhos, respectivamente, o sentido progressista e conservador dos dois projetos em disputa e

que se estende para além do horizonte daquele pleito.

Baseado na leitura minuciosa do documento “Um novo tempo para o Partido — buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista”, constatamos um esforço analítico no sentido de captar os movimentos contraditórios representados pelo novo governo a partir de medidas tomadas em diversas áreas. As razões apresentadas no documento sobre a continuidade da política econômica conservadora do governo anterior, não seria o suficiente para uma crítica mais contundente ao novo governo? Na resposta positiva — ainda que exija uma discussão mais ampla e aprofundada, e correndo o risco de pecar pela pressa —, considero verdadeira uma tomada de posição lúcida sobre essa questão que pode se resumir na seguinte frase: a continuidade da política econômica neoliberal no governo Lula não pode ser considerada como decisão subjetiva de um momento objetivo do quadro internacional (antes a vulnerabilidade externa pela anomia que goza o capital financeiro volátil na circulação global, agora pela guerra de invasão do Iraque!), é, na verdade, parte substantiva do programa defendido pela maioria do PT e hegemonicamente sufragado nas urnas e cuja legitimidade é inquestionável.

Entretanto, o eixo interpretativo do Programa que aponta para a perspectiva de mudança a longo prazo contradiz com as falas e pronunciamentos oficiais de membros do Governo que, na ânsia de confrontarem-se com os chamados “radicais” do PT, têm revelado uma interpretação não suscetível da afirmação de uma tendência a transformações estruturais profundas na

sociedade brasileira. O ceticismo se justifica devido aos anúncios de autonomia do Banco Central; da proposta de reforma da previdência com teto unificado para trabalhadores do setor público e privado; da taxação dos inativos do serviço público; da indicação do presidente do Banco Central, com ligações viscerais com a oligarquia financeira internacional; da manutenção dos contratos (não tendo ficado claro na campanha que se tratava de todos os contratos e não apenas os ligados às relações com as instituições financeiras, mas também os “pequenos”, aqueles do dia-a-dia). No caso particular da habitação, é sabido que há um problema crônico entre mutuários da Caixa Econômica Federal, relativo às dívidas astronômicas acumuladas ao longo dos anos que têm levado à intranquilidade milhões de pessoas em todo o país. O pacote anunciado para a área nada diz sobre a resolução desses problemas; e a explicação é simples e precisa ser dita. Os contratos que amarram a relação contratual entre os mutuários e o agente financeiro — CEF —, não poderiam ser “quebrados” porque no Programa da Frente “não deve haver quebra de contratos”. Lembrem-se da campanha eleitoral!? Pergunta-se: esses contratos que mexem com a nossa vida estão pactuados até que ano? Como serão modificados?

A continuar esse estado de coisas, se já era difícil pela experiência histórica governos reformistas de cariz popular resolverem graves problemas, o que dizer daqueles que não mudam a estrutura excludente de poder existente. O resultado óbvio dessa matemática parece ser uma aberração política: um governo popular antineoliberal não realizar as reformas estruturais mudancistas (vejam

bem não são as reformas anunciadas — Previdenciária, Tributária, Política) que são, com pequenas nuances, as mesmas reformas neoliberais por que tanto os antineoliberais lutaram e deram parte de suas vidas na última década. Falo das reformas estruturais que contrariam interesses daqueles que historicamente se beneficiaram do atual estado de coisas e pelas quais lutaram e lutam homens e mulheres.

Reiteradas vezes Lula se irrita ao responder que não tem nada a ver com os constantes aumentos da gasolina e da energia elétrica e que fica sabendo deles pela televisão. Então, se nada pode dizer sobre isso, por que a esperança venceu o medo? A resposta clara e objetiva é que existem contratos que prescrevem esses aumentos, independente da decisão governamental. Se não rompermos com esses contratos — não os “grandes”, como dívida externa, FMI, Banco Mundial, mas na verdade todos os que regem a vida social e política cotidiana dos brasileiros —, dificilmente o horizonte político-social do Brasil será de mudanças. Nós não queremos um Brasil bonitinho apenas do ponto de vista ético, com reconhecimento de demandas reprimidas eticamente ao longo de cinco séculos. Mas, não é essa, de fato, a proposta histórica da social-democracia europeia? O melhor programa de políticas sociais não foi exatamente o da social-democracia? Se nada disso for verdade, Antes o medo tivesse vencido! Ao menos a política econômica teria um novo rumo, tendo em vista as divergências públicas entre Serra e Malan.

* do Organismo de Base da Universidade Federal do Pará

Debate de idéias e crescimento econômico: o X da questão

ELIAS JABBOUR*

Por ocasião da passagem do 81º aniversário do nosso Partido, a vida nos apresenta uma série de desafios nada pequenos: ser partícipe de um governo democrático e popular mergulhado em contradições; organizar a sociedade em torno da bandeira mudancista; ter voz e ação na acirrada e hegemonizada “batalha de idéias” (Gramsci) em curso; e, por último, fazer crescer quantitativa e qualitativamente nossa organização política — cada vez mais imprescindível num país desejoso de um projeto nacional e democrático, porém amarrado por um imperialismo agressivo e momentaneamente difícil de ser batido.

Batalha de idéias e a falácia inflacionária

Indo ao cerne da questão proposta, sustentamos que o sucesso do atual governo depende sobremaneira do nível em que se dará a atual batalha de idéias em curso. Porém, temos de ter coragem e reconhecer que o campo do pensamento único neoliberal foi muito competente, para não dizer vencedor, seja na forma (desqualificação, perseguição, cooptação, fascismo intelectual), seja no conteúdo (articulação política internacional), com resultados desastrosos para os povos. Damos conta disso ao passarmos cerca de 14 anos na oposição ao neoliberalismo e não conseguir, a partir do campo majoritário do atual governo, gestar algo de novo, alternativo, em matéria de política econômica para o país. Parte significativa deste governo, sobretudo sua equipe econômica, está convencida de que não há alternativa fora do atual modelo.

Pois bem, tendo em mente a batalha de idéias e a inevitável convivência entre o “velho” e o “novo” num período de tran-

sição como este em que vivemos, não é de se espantar que haja manutenção dos compromissos internacionais — afinal nosso país é vítima de contínua chantagem imposta pelos rentistas estrangeiros. Contudo, não podemos fazer coro ao embuste que comemora a “salvação” do país nos primeiros 100 dias de governo. Não somos mais crianças ingênuas que acreditam em Papai Noel.

Na política econômica, a batalha de idéias está se dando na forma como o combate à inflação é feito.

Ora, por sermos comunistas, devemos ter em mente como funciona o capitalismo: os oligopólios, em momentos de crise cíclica, como a que vivemos no Brasil, acabam manobrando para manter suas vantagens (o fracasso do Plano Cruzado foi prova disso). Como demonstrou Ignácio Rangel, em “A inflação brasileira”, a inflação é consequência direta da ação desses oligopólios, “fabricantes de preços”.

Logo, os neoliberais, ao colocarem no centro da discussão o combate à inflação, camuflam interesses sombrios: “quebrar” oligopólios, e substituí-los por outros oligopólios, sejam eles norte-americanos, alemães ou japoneses. Assim, companheiros, o sucesso do Plano Real contra a inflação deveu-se, sobretudo, ao desmonte dos oligopólios nacionais a partir de uma ampla política de abertura comercial e consequente desnacionalização; do controle da emissão monetária e compressão de demanda; e do lento processo, que continua em curso, de autonomização do Banco Central, engessando de vez o Estado e inviabilizando políticas desenvolvimentistas.

No campo restrito da teoria econômica, disseminou-se na sociedade um verdadeiro “terrorismo” contra-inflacionário, camuflando a idéia de inflação inercial e vincando a idéia de que crescimento econômico necessariamente gera inflação.

Porém, ao estudarmos as características essenciais da economia brasileira, perceberemos o oposto: em momentos de estrangulamento cambial e alta inflacionária, o Estado necessariamente entrou em cena inaugurando ciclos decenais de substituição de importações, colocando o país em espantoso crescimento econômico, ao mesmo tempo em que mantinha a inflação sob baixos patamares. Enfim, se analisarmos uma tabela com variáveis de inflação e crescimento econômico, perceberemos que tais curvas são diametralmente opostas nos períodos entre 1930 e 1980.

Assim, nos colocaremos no outro lado do debate de idéias: o combate à inflação se dará, não mais a partir do centro da política econômica, e sim como consequência de uma política econômica não-monetarista e a partir de altas taxas de crescimento.

A mudança de rumo também passa pela questão do financiamento

Tendo em conta que o Brasil passa por uma aguda crise cíclica de acumulação, ou seja, o Estado não tem capacidade financeira de gerir projetos para a retomada do crescimento, e que o financiamento externo é causador de dependência, assistimos a uma corrida desesperada do governo para a aprovação de reformas.

Tais reformas, sob a ótica do governo, viabilizariam seu programa keynesiano de financiamento, que lança mão dos chamados fundos de pensão. Pensamos nós que, além de tais fundos serem insuficientes, sua utilização para financiar o desenvolvimento nacional acarretará arrocho salarial, o que não interessa aos trabalhadores.

Colocadas as coisas da devida forma, assistimos a um cenário onde o debate de idéias acerca do financiamento é polarizado entre aqueles que apostam na

poupança provida do exterior, que aprofunda a dependência externa do país, e os que defendem o modelo de utilização dos fundos de pensão, que causa arrocho salarial.

Como saída, acreditamos que o governo deve colocar na ordem do dia a utilização das capacidades ociosas como poupança potencial. Retomar gigantescas obras infra-estruturais, como alargamento e construção de novas linhas de metrô, rodovias, ferrovias, é, em relação ao dilema do financiamento, a saída para o alto. Nossa indústria ferroviária, por exemplo, tem 90% de capacidade ociosa.

A implementação de uma política deste tipo, quando o Estado está sem capacidade de investimento, passa pela elaboração de um estatuto que regulamente as concessões de serviços públicos ao capital nacional. Iludem-se aqueles que acreditam que o capital nacional não estaria interessado ou em condições de adquirir, por exemplo, uma futura linha ferroviária de alta velocidade ligando as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O Estado, como poder concedente, seria hipotecador de tais empreendimentos.

A consecução de tal projeto, além de ter caráter antiinflacionário, traria no seu bojo a criação de um mercado interno de massas, que colocaria novamente o país nos eixos e nos potencializaria a enfrentar, de forma mais soberana, questões como a Alca e a dívida externa; colocaria de novo em pé a viabilização do Mercosul; e daria base popular e política para o sucesso de um projeto nacional-desenvolvimentista. Em outro artigo discutiremos acerca da questão agrária e sua solução.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
geógrafo, secretário político do Distrito
Angelo Arroyo (Tatuapé-Moóca/SP)

O PCdoB e o “gesto inaugural” do governo lula

JOAN EDESSOM DE OLIVEIRA*

A convocação de uma Conferência Nacional partidária tal como o faz o PCdoB neste momento é extraordinário acontecimento na vida política de um país. Um partido constantemente acusado pelos seus adversários de antidemocrático é o único a reunir-se de norte a sul do país para unificar sua posição frente a um governo e a um momento político que perseguiu e ajudou a construir ao longo de mais de uma década.

Mais que o auspício da convocação da 9ª Conferência, destaque-se a lucidez do PCdoB em sua posição frente ao momento novo, como temos repetido, e extremamente delicado, prenhe de conflitos e contradições.

Num momento como este, que se apresenta para a maioria do povo brasileiro como um tempo novo, de esperança, mas acima de tudo como um tempo de mudanças, insistentemente buscado pelas forças democráticas e progressistas desde a campanha da Frente Brasil Popular em 1989, soa até natural a “impaciência” de determinados atores políticos e setores da sociedade.

Não devemos é permitir que esta impaciência natural possa, por sua vez, transformar-se em voluntarismo e aventureirismo, ignorando as condições concretas em que se está, ainda, construindo o novo governo. E o Partido tem frisado que falamos de novo governo e não novo poder, compreendendo os diversos tipos de blindagem feitos pelas forças conservadoras ao longo, especialmente, da última década, visando exatamente dificultar e mesmo impedir quaisquer mudanças de rumo que contrariem os interesses das forças dominantes.

Neste quadro, ainda adverso para o campo mais progressista presente no governo, a exemplo do PCdoB, surgem posturas à “esquerda”, inclusive em nossas próprias fileiras, pregando uma posição “mais firme”, “mais revolucionária”, chegando mesmo alguns a questionar a participação do Partido no governo.

A 9ª Conferência apresenta-se, assim, como o foro privilegiado para a discussão com os nossos camaradas e com outras forças da sociedade interessadas em contribuir com a construção de um novo Brasil.

Creio que alguns pontos precisam ser levantados por nós para o encaminhamento desta discussão. Não estou tratando de novidades, mas tão só de questões já abordadas pelo nosso documento-base e por outros já publicados na imprensa partidária desde fins de 2002.

Em primeiro lugar, cabe discutir o caráter do novo governo, que temos chamado, mui justamente, de democrático e progressista, entendendo-o como um governo de frente ampla e não de esquerda ou popular, como parece ser a “vontade” de alguns. Neste ignorar das condições concretas em que se eleger e em que governa o presidente Lula desde janeiro, pode residir, a meu ver, a raiz de posturas voluntaristas que “esperam” do novo governo “medidas radicais que firam os interesses do capital monopolista”, como ouvido das palavras de um camarada. Parece que não compreendemos ainda, de fato, as limitações da frente de apoio a Lula na sua eleição, limitações essas que, inevitavelmente, teriam que se repetir na composição e nos rumos do governo.

Em segundo lugar, esse voluntarismo

que parece esquecer o caráter do novo governo, parece também não compreender que nenhuma mudança de rumo se dará somente pela “vontade” dos comunistas ou de outras forças quaisquer. Temos afirmado, nos nossos documentos, a necessidade de reforçar nossa presença no movimento social, exatamente como forma de pressionar por mais mudanças e por conseqüente viragem de rumo. Uma maior “pressão” do PCdoB neste sentido só acontecerá se os comunistas, de hoje até 1º de maio, por exemplo, intensificarem todos os seus esforços na coleta de assinaturas pela redução da jornada de trabalho; ou se tensionarem forças no 8º Congresso Nacional da CUT, garantindo, além de uma grande bancada de delegados, a qualificação de nossas intervenções no movimento sindical, indo muito além do discurso corporativo e economicista; ou garantindo a nossa vitória no Congresso da UNE, mais importante força de juventude existente no país, capaz de cumprir grande papel de mobilização dos jovens brasileiros; ou ainda, discutir com todos os segmentos da sociedade, onde houver oportunidades e criando-as onde não haja, os graves problemas que o país enfrenta, frutos da herança de FHC, buscando os caminhos para a superação dos mesmos. Não fazer isso, e cobrar do PCdoB “postura mais firme” e do governo “medidas mais progressistas”, é falso desejo e falsa quimera, assim mesmo, com as redundâncias.

Em terceiro e último lugar creio que precisamos compreender os nossos esforços no sentido de ajudar o governo Lula a fazer o seu “gesto inaugural”, expressão de Verís-

simo citada no nosso documento. Acredito que estamos ajudando a forçar este gesto quando, na votação da PEC 53, votando a favor porque não tínhamos como, naquele momento, ser contra, fazemos uma declaração de voto deixando clara, já, a nossa posição frente à autonomia do Banco Central; estamos forçando o “gesto inaugural” ao levar ao ministro Berzoini nossas propostas para a Previdência e divulgando-as para discussão com a sociedade; estaremos ajudando o “gesto inaugural” se usarmos o atual momento para fazer crescer mais e mais o PCdoB, transformando-o em força decisiva nos rumos políticos do país.

Em documento de fins do ano passado, o camarada Renato Rabelo, citando Carlos Nelson Coutinho, fala do “enfático apoio ao novo governo, com uma ‘inteligente e razoável pressão à esquerda para impedir a possibilidade de cooptação’, sem sucumbir às tentações voluntaristas de ir além do que permite a correlação de forças”.

Ignorar tal ponderação pode significar o apressamento de um parto que nos dê um natimorto ou, pior, a abertura de uma Caixa de Pandora, sem a intenção aqui de visões catastróficas.

Para encerrar, lembro que a atual oposição ao governo Lula é feita por Bornhausen, Jereissati, Aécio Neves, FHC, Serra e tantos mais. Certamente não será junto a eles que o PCdoB cumprirá o seu papel na construção de uma nova sociedade em nosso país.

*da Comissão Política do Comitê Estadual/CE e Secretário de Organização do CM de Sobral

O papel da juventude comunista no êxito do governo Lula

TIAGO ANDRADE GONÇALVES*

Tornou-se lugar-comum a assertiva de que vivemos um período uno na história política nacional. A eleição da frente ampla progressista e antineoliberal ao posto máximo do governo federal abre vasta seara àqueles que sonham com um novo rumo de coisas.

Todavia, o embate empreendido no período eleitoral entre as forças mudancistas e conseqüentes e os defensores do estado de coisas legado por Fernando Collor e Fernando Henrique, persiste. Se no período eleitoral a ampla maioria da população rechaçou o continuísmo e sufragou a mudança, aqueles interessados na manutenção do status quo partem agora para nova frente de luta: cooptar o governo para seus anseios antinacionais e ultraliberalizantes. Tais forças conservadoras, a despeito de enfrenta-

rem um refluxo nunca antes visto na história recente brasileira, ainda permanecem em importantes executivos estaduais e no Parlamento brasileiro com expressão. Sofreram um grande golpe, mas não foram à lona.

Outro campo de batalha, portanto, descortina-se. O embate do período eleitoral transfere-se agora sutilmente aos conflitos de poder no governo Lula, pois os derrotados nas eleições de 27 de outubro, sabemos, ainda abraçam parcela expressiva do poder político.

Neste sentido, o povo brasileiro exercerá um papel fundamental para o êxito do governo Lula. O apoio das ruas é de fulcral importância para a construção do Brasil que desejamos. É aí que os comunistas encontram tarefa de vulto para dedicar seus corpos e mentes. Em especial, a juventude comunista, através da UJS.

A juventude destaca-se por sua capaci-

dade de mobilização nos grandes e importantes períodos da história. E será indispensável este seu potencial para a consecução do nosso objetivo tático: a vitória do projeto antineoliberal, democrático e progressista.

A UJS, na qualidade de importante corrente no movimento juvenil, em especial no movimento estudantil, deve exercer seu papel de liderança e mobilizar os jovens brasileiros à vitória do governo Lula. Atuando com autonomia, mas assumindo caráter propositivo, deve centrar seu foco de atenção para os grandes eventos juvenis deste ano de 2003: os Congressos da UNE e da Ubes.

A posição da UJS à frente dessas duas entidades estudantis, na última década, demonstrou o amplo potencial de luta que os estudantes possuem na definição dos rumos nacionais. Foi assim no Fora Collor e nas

grandes mobilizações contra a cartilha neoliberal rezada por FHC. A UNE e a Ubes também desempenharam esforço ímpar na eleição de Lula à Presidência da República. E a UJS foi vanguarda nestes acontecimentos.

Mais do que nunca, a juventude comunista deve estar preparada para estas duas grandes tarefas que avultam no decorrer deste ano. Atuando na UJS, devemos, os jovens comunistas, exercer pioneirismo na discussão dos novos rumos de nosso país e nisto não podemos olvidar as potencialidades da UNE e da Ubes, na condição de instrumentos para a mudança.

É na mobilização popular que o projeto de mudança encontrará terreno fértil para frutificar. E à juventude brasileira cabe oxigenar este processo.

*do PCdoB de Salvador/BA e da UJS

Mais operários(as) no PCdoB

FREDERICO LOPES (FRED)*

A iniciativa do Comitê Central de convocar a 9ª Conferência Nacional do PCdoB revela sensibilidade política, sabedoria coletiva e aprofundamento da democracia partidária. Experiência primeira do Partido, após 81 anos de vida, a participação no go-

verno federal requer muita reflexão; debate intenso e organizado de todo o coletivo partidário; e atenção às opiniões de seus amigos e simpatizantes, de setores e personalidades progressistas da sociedade, visando a fazer valer a conquista de significação histórica que foi a vitória, em 2002, da coligação encabeçada por Lula.

Componente nuclear dessa coligação — agora vitoriosa, mas que se conformou há 12 anos — batalhador incansável contra o neoliberalismo, o PCdoB conquistou o direito — e, penso, o dever — de participar do governo federal, ajudando-o a realizar as mudanças necessárias, estimulando a classe operária e as massas populares a se inclui-

rem cada vez mais na definição dos destinos da nação e perseguindo seu objetivo estratégico que é o socialismo.

O conjunto do documento apresentado ao debate para a 9ª Conferência, com o qual concordo, no subtítulo “A construção partidária do projeto político”, item 47, indica a necessidade de “mergu-

lhar” no movimento social. Enfatiza, também, que “na atuação do movimento operário e de massas reside um aspecto fundante da natureza e caráter do Partido Comunista.” E continua: “Somos críticos, e autocríticos, com relação à participação e às energias que empenhamos nessas frentes.”

É altamente positivo reconhecermos que a participação e as energias que temos empenhado no movimento operário e de massas têm sido insuficientes para dar ao PCdoB a composição social que dele se espera. O chamamento para maior esforço de filiação de operários(as) ao Partido vem sendo feito durante todo esse período de legalidade — praticamente dezoito anos. Se reconhecemos não termos alcançado esse “aspecto fundante da natureza e caráter do Partido Comunista” é preciso fazer reflexão aprofundada para identificar possíveis falhas e fazer valer a definição polí-

tica de composição social operária maior, quantitativa e qualitativamente.

Evidentemente, não tenho a mínima intenção de afirmar que a filiação de operários(as) ao Partido seja algo fácil. Como exemplo autocrítico, militei por quase seis anos — 1997 a 2002 — em Diadema/SP, uma das cidades mais operárias do Brasil, com Partido estruturado e legalizado, com assento na Câmara de 1997 a 2000 e membros no segundo e terceiro escalões do Executivo de janeiro/97 a abril/98, e tínhamos apenas um operário organizado no Partido local!

Conseqüentemente, não tenho a mínima intenção de “dar receita” para mergulharmos no movimento operário. Mas, especialmente no processo de Conferência, penso ser fundamental investigar, respeitando a concepção que vimos construindo de “Partido Leninista de feições modernas”, o conjunto dos pensamentos e ações que desenvolvemos e trilhar to-

dos os caminhos possíveis à superação desta debilidade.

A indagação principal que me ocorre é: se, como define o artigo 1º do Estatuto do PCdoB, somos “o Partido político da classe operária, sua vanguarda consciente e organizada, a sua mais elevada forma de organização”, tendencialmente, os(as) operários(as) não deveriam acorrer ao PCdoB como seu “lar político”?

Pela lógica, sim! Mas a realidade é extremamente mais complexa que a lógica. Os(as) operários(as) não só não procuram espontaneamente o PCdoB como podem atuar — e de fato atuam — em campo contrário. Se os(as) operários(as) não vêm espontaneamente para o Partido, é preciso colocar em prática planos e ações organizadas para tal fim. É preciso chegar à classe nas cidades operárias, nas principais fábricas e nos sindicatos operários, com nossas idéias e ações, através dos mais variados instrumentos.

Se, com planos concretos de “mergulho” na classe operária, tanto em sua base como nas camadas já politizadas, não obtivermos o reconhecimento da classe nem a incorporação de importante parcela de operários(as) mais politizados(as) — líderes sindicais, por exemplo — será necessária reflexão mais profunda ainda, inclusive do conteúdo político do Partido.

Acredito que, com planejamento adequado, perseverança militante e ação sintonizada com cada situação concreta, possamos crescer junto aos(as) operários(as). Não tenho dúvida de que a política do PCdoB seja a que melhor reflita as necessidades e aspirações da classe operária — e das grandes massas populares. É preciso fazer com que elas assim o compreendam!

**professor, do Comitê Municipal de São Vicente/SP e da Comissão Formação/SP*

A questão de gênero e o fortalecimento da UBM

PAULA GOTO*

Os documentos do 10º Congresso do PCdoB apontam para a necessidade de maior inserção dos comunistas nas organizações sociais, e a UBM constitui importante entidade para as camaradas que atuam à frente do movimento de mulheres.

Os debates acerca da questão de gênero são palco privilegiado de exposição de idéias para as comunistas, que se diferenciam no movimento levando as idéias mais avançadas e organizando-se na União Brasileira de Mulheres. Representante da corrente de pensamento emancipacionista, a entidade trava o debate ideológico no seio do movimento de mu-

lheres e discute a origem da desigualdade e da opressão.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”; então, discutimos fatos socialmente construídos. Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” estuda antropologicamente as constituições sociais que possuíam referenciais de laços familiares estranhos aos nossos dias. A família patriarcal surge juntamente com a propriedade e o desejo de garantia de herança do patriarca aos filhos legítimos.

A opressão de gênero surge com a desigualdade e serve a interesses de classe. Então, a emancipação feminina só pode ocorrer com o fim da desigualdade entre

homens e mulheres e com o surgimento de uma sociedade justa e igualitária, sem oprimidos e opressores.

Interlocutando a UBM com os diversos segmentos dos movimentos sociais, é fecundo o debate junto à trabalhadora. A ida das mulheres do âmbito privado ao público coloca em discussão a necessidade de surgimento de mecanismos de uma sociedade mais avançada, como restaurantes e lavanderias públicas. Para além das creches, a própria reprodução é uma responsabilidade que precisa ser assumida pelo Estado.

Com assento em conselhos e entidades representativas, a UBM é conhecida e respeitada em nível nacional e interna-

cional e coloca na pauta das discussões reivindicações que cumprem fundamentalmente um papel educativo junto às trabalhadoras, que percebem a dificuldade de avanço nos moldes do atual sistema. Pela importância do trabalho das comunistas à frente do movimento de mulheres, é necessário que o Partido atente para o estudo da questão de gênero nos diretórios e possa organizar-se através das camaradas na UBM nos municípios, para que a voz das comunistas faça eco também nos debates de eventos regionalizados.

**bancária, do PCdoB de Maringá/PR.*

Mais importante que a velocidade é a direção tomada

DONISETE DE OLIVEIRA SILVA*

É dignificante para a política brasileira saber que o bom e velho PCdoB, historicamente, aponta para um outro projeto sócio-político; projeto esse que parte sempre do princípio democrático e a 9ª Conferência é mais uma prova disso. Infelizmente, junto com o povo brasileiro, o PCdoB sempre viveu marginalizado pelo poder instituído e isso, direta ou indiretamente, deve ter influenciado o conceito de democracia que tanto praticamos. Ainda não paramos para perceber a real profundidade de tais implicações em nossa sobrevivência dentro desse conjunto de coisas, mas que fique bem claro: sobrevivência dentro deste modelo excludente em que vivemos, onde a discriminação de tão institucionalizada já está tornando-se um aspecto quase que cultural.

Dentro dessa lógica, careca exclui gordo; gordo exclui negro; negro exclui pobre... O PT exclui o PCdoB. Até chegar ao ponto de um camarada excluir outro camarada e este camarada excluir-se a si próprio. Parece inacreditável, mas vivemos em uma região (Mata Sul de Pernambuco) onde apenas 2% da população recebem mais que dois salários; 10% até dois salários; e os outros 88% sobrevivem com até um salário mínimo. E esta é a situação de grande parte do povo brasileiro. É neste

contexto que o PCdoB acaba por reproduzir o sistema, pois é o Partido do proletariado, da democratização; mas, ao mesmo tempo, restringe involuntariamente o acesso à representatividade das massas, que é uma das bandeiras do Partido. E essa contradição termina por individualizar o homem, dissociando suas relações capitalísticas do seu ideário socialista.

Isso pode acontecer de forma extremamente sutil. Por exemplo: colocar na ficha de filiação salário de partida, até trezentos e sessenta reais num país em que o salário da maioria encontra-se abaixo de duzentos reais, soa como insulto. Sem falar que mais de 12% da população brasileira encontram-se desempregados e mais de 30% vivem de bico, o que não é emprego. Ainda na ficha de filiação, o grau de instrução menor é Ensino Fundamental incompleto — o que em nossa região já exclui aproximadamente 50% de prováveis filiações. Os argumentos para filiação são fortes, mas é chegada a hora de construirmos outro modelo de militância que fuja à lógica excludente desse sistema de coisas. Não se trata de reinventar a militância, mas sim de dar a ela um outro enfoque, que está aí para ser construído por todos nós. O direcionamento político e econômico que temos hoje é diferente, mas nem tanto. Até mesmo porque é o que pode ser dentro da lógica exclu-

dente herdada — a qual será superada processualmente. Contudo, temos sede mesmo de trato igual para iguais, respeito e solidariedade que podem ser resumidos em camaradagem. E camaradagem requer vez e voz de todos, sem sectarismos entre quadros, massa, militantes, etc.

Em meados da década de oitenta, quando abracei a causa comunista, a militância era bastante diferente, e isso não é saudosismo não. É que hoje, depois de mais de 12 anos fora da militância, fico chateado com o sectarismo institucionalizado praticado pelo tão “meu” Partido Comunista do Brasil. É, é isso mesmo, eu também tenho parte na “reconstrução” deste partido, que é da classe operária. Mas é preciso lembrar que nas últimas décadas os operários estão virando ex-operários com a transição sindical, que, imbricada em PDVs, PAQs, globalização, automação e o conseqüente desemprego, acabaram interferindo no modelo de militância que se apresenta hoje. E isso afeta diretamente a organização social, pois apesar de construirmos significativas análises, que superam o modelo produtivo, nossa prática militante não consegue superar a terceira lei de Newton, gerada no confronto entre o modelo neoliberal e nossa prática socialista, que desse modo converge para a social-democracia. Não podemos nos esquecer de que social-democracia só deu certo dentro

do “Norte Imperialista”. E, ademais, somos “o partido do socialismo”.

A regulamentação da 9ª conferência é excludente, pois como um Silvío Santos, afirma-se que “os delegados deverão estar rigorosamente em dia com o ‘carnê do baú’”. Ora, isso também é uma forma de exclusão. Para o desempregado, a causa que o PCdoB encabeça é primordial; porém, dentro de outro modelo — pois é difícil tirar da boca dos filhos, e comer é fator vital. Sabemos que o PCdoB não exclui por esse motivo, mas provoca auto-exclusão.

Bem, mais que outra política econômica, agrária, educacional, queremos na 9ª Conferência buscar um outro modelo de socialização, cooperativa e solidária, que passe pelo centralismo; mas, descolada do discurso competente, pois só dessa forma reconheceremos o “eu no outro”, entendendo “o que sou” para compreender “o que quero e posso ser”. Para, assim, exorcizar minhas alienações em prol da “unidade”, unidade de solidariedade universal, desencadeando o processo de tomada da cidadania que pede o respeito mútuo acima de tudo. Apesar do Governo Lula não ser isso, aponta para isso. É mais importante que a velocidade das coisas é a direção que tomam. Por isso, o ditado “devagar, devagar mas sempre!”.

do PCdoB de Barreiros/PE.

Valorizar o fator partido na atividade institucional

LUCIANO SIQUEIRA*

“Não tive tempo de ser breve”, desculpava-se com seus leitores o padre Antônio Vieira, reconhecendo que se alongara em demasia no trato de determinado tema. Bem, nós outros, militantes do PCdoB, ocupando funções nos governos, deveríamos nos desculpar ao contrário: temos sido excessivamente breves no exame de nossas experiências atuais.

Com efeito, apesar de vir crescendo a atividade institucional do PCdoB, conforme se registra no artigo “A participação dos comunistas nas esferas de governo” (que se pode ler na página do PCdoB — www.pcdob.org.br), não se tem procedido a uma avaliação sistemática da atuação dos militantes nessa frente, como meio de prestar contas ao coletivo partidário e como método crítico e autocrítico.

É certo que em alguns casos — prefeituras de Olinda e Recife, por exemplo —, no início era cedo demais para que principiantes pudessem abordar o assunto com alguma consistência; tudo ou quase tudo nos era desconhecido; o aprendizado se fez orientado apenas pelos princípios e objeti-

vos gerais do PCdoB consignados nas intervenções especiais apresentadas, sobre o tema, nos três últimos Congressos. (Só muito recentemente, no caso particular de Olinda, a direção estadual de Pernambuco e o Secretariado Nacional do Partido começaram a tratar do assunto).

Agora, transcorridos dois anos, impõe-se o exame circunstanciado de nossa prática. Até porque, como bem assinala o documento da 9ª Conferência, a atividade institucional é uma das impulsionadoras do “novo processo de acumulação de forças para a construção da hegemonia política e ideológica no movimento transformador”.

Subestimação do papel do Partido

Por mais convictos que estejamos de que não estamos comprometendo a identidade e a independência partidária, nem dissociando a presença os governos do projeto político programático, forçoso é reconhecer que, sob certo aspecto, subestimamos o papel e a missão histórica do Partido.

É certo que, nos casos de Olinda e Recife, imbuídos do propósito de construir a corrente revolucionária socialista, temos

travado a luta de idéias e firmado opiniões próprias sobre questões políticas importantes e aspectos essenciais das políticas públicas; temos ampliado a influência partidária (comprovada pelos resultados do último pleito); recrutado ativistas, técnicos e líderes políticos; reforçado direta ou indiretamente nossa intervenção nos movimentos de massas e alargado relações sociais que ajudam a dar suporte material às atividades partidárias. No entanto, na medida em que não fazemos uma avaliação crítica sistêmica desse trabalho, nem debatemos amplamente o assunto no coletivo partidário, êxitos são pouco explorados, lições importantes não são compartilhadas com o conjunto da militância.

Pesa muito a pressão das demandas imediatas. A prefeita de Olinda, camarada Luciana Santos, bem a caracterizou em entrevista ao Vermelho e à **Classe Operária**, ao afirmar que “ser prefeita é ter que matar um leão todo dia e ainda mostrar a cabeça”. É verdade. Mas nada, absolutamente nada!, pode justificar que comunistas se deixem sucumbir sob a avalanche dessas demandas, incorrendo num imediatismo que amesquinha e empobrece a militância.

Avaliação sob direção centralizada

Mas não basta reconhecer esses erros e deficiências. É preciso corrigi-los mediante iniciativas concretas envolvendo as diversas instâncias partidárias — frações e organizações de base constituídas no interior dos governos, comitês municipais e estaduais e o Comitê Central —, cabendo ao CC a condução do processo. Por essa razão, importa “inovar na definição do trabalho de direção, constituindo Secretaria própria para esse fim, a partir da direção nacional” (item 48 do documento da 9ª Conferência).

A constituição de uma Secretaria, ou Comissão específica, poderia ajudar em muito o próprio Secretariado Nacional, conferindo-lhe, no trato dessa matéria, a agilidade que hoje não tem em razão das ingentes e complexas tarefas que enfrenta. Não reduziria a responsabilidade dos órgãos partidários estaduais e municipais; poderia, sim, impulsionar o movimento crítico e autocrítico, sob controle político centralizado.

*do Comitê Central e vice-prefeito de Recife/PE

Marxismo e senso comum — mecanismos de análise

PEDRO HENRY CROSS*

O que me levou a escrever essas reflexões foram análises empíricas de situações de minha vida militante e a busca pelo aperfeiçoamento de nossa metodologia na formação de quadros.

O diagnóstico que a nossa militância é extremamente plural e desigual do ponto de vista do nível de consciência foi o ponto de partida para a percepção dos fenômenos que ligam este fator à busca epistemológica pela saída da crise teórica do marxismo.

A relação desenvolvida entre a maioria não-uniforme e a consciência criadora do centro teórico levaram a uma situação inusitada, onde na luta contra o senso comum externo, ou seja, a apreensão mais superficial da realidade pela sociedade, criou-se internamente cara-metade do fenômeno.

Obviamente que seria metafísico achar que capacidade de abstração é algo que se ensina de forma mecânica e também idealista achar que temos um grande contingente de quadros com uma formação intermediária que mereça tamanha atenção, mas mesmo assim me sinto na obrigação de tentar, mesmo provavelmente incorrendo em erros, expressar minha opinião e contribuir.

O fenômeno de grandes teóricos marxistas que defenderam teses por fora das es-

truturas partidárias fizera com que me perguntasse onde estava a falha. Assim fui buscar na história, onde logo se percebe que a onda que combateu o ecletismo teórico nos PCs estourou sob o tacão dogmático, que via na divergência momentânea o divisionismo e que, utilizando de forma auto-proclamadora a tese da unidade e coesão, cercou o debate de idéias dentro dos marcos da “união ideológica, baseada sobre os princípios do marxismo” — como defendia Lenin — conseqüentemente os intelectuais começaram a realizar então sua produção teórica longe da rigidez, que não era de princípios, mas normativa e conceitual, que não se criticava.

A popularização do marxismo de manual gerou uma espécie de dogmatismo, que não só impunha verdades, mas também formas de analisar as verdades, não o método científico do materialismo dialético, mas uma distorção deste, este sem o seu caráter dinâmico de constante transformação e, principalmente, sem o fator antítese, ou seja, sem contradição.

Analisando com rigor científico, percebe-se que o descuido com a democracia nas democracias proletárias no Leste deixa para a posteridade reflexos negativos que ajudaram, por exemplo, a consolidar no Ocidente as democracias representativas burguesas

que, como arcabouços de normas propagandeadas como soberania popular participante, limitaram subjetivamente as massas aos marcos do Estado democrático de direito.

Esses reflexos, ainda não pormenorizados, mascarados pela utilização ambígua do conceito de democracia proletária, têm nelles incutidos problemas que desembocaram na crise da produção teórica dentro dos PCs. Outrora, contradições que levavam a grandes saltos qualitativos foram rebaixadas e ascendeu a concepção da informação “mastigada”, acrílica, que condenou grande parte da militância comunista ao rebaixamento ideológico.

Carente ainda de tratamento teórico à luz do marxismo-leninismo crítico e criador, a metodologia formadora permanece falha, pois não percebe que após certo nível de apreensão teórica, o quadro lê o que já está lido, mas não tem espaço nos órgãos do Partido onde permanentemente possa expressar suas próprias reflexões e debater com os quadros com maior acúmulo, ocasionando a formação de meros repetidores que, sem capacidade analítica, torcem e retorcem passagens documentais.

Os 81 anos do PCdoB são marcados por intensa renovação e criatividade, que nos mantiveram distantes dos desvios e ca-

pitulações, os comunistas brasileiros têm intensa participação na história do debate teórico internacional, marcadamente João Amazonas, que renovou o pensamento tático do Partido e deixou um legado de extrema combatividade contra o revisionismo e outros tipos de distorções.

A reaproximação com a intelectualidade nacional tem caráter estratégico, pois aumenta a permeabilidade das idéias do Partido na sociedade e coloca a serviço da revolução social tão brilhantes homens e mulheres.

A história é mestra e neste momento da vida do PCdoB de mudança tática, passando de oposição à situação propositiva, se faz necessário criar mecanismos permanentes de debate nos órgãos de informação e formação, para que toda a militância possa contribuir com as idéias que centram a ação partidária.

A formação precisa avançar no sentido da pedagogia que constrói através do trabalho reflexivo militante, que se coloque a disposição de inovar e buscar saídas para assuntos complexos com participação coletiva.

*presidente do Comitê Municipal de Petrópolis/RJ

Tribuna de Debates

Itens da Regulamentação da 9ª Conferência Nacional do PCdoB que tratam da Tribuna de Debates:

24 O militante participa em sua Organização de Base, nas sessões municipais e estaduais e também através da Tribuna de Debates;

25 A publicação da Tribuna de Debates ficará a cargo da Comissão Editorial composta por José Carlos Ruy, Edvar Bonotto e Pedro de Oliveira e será incumbida de receber os artigos escritos pelos militantes a respeito dos temas em debate;

26 A partir de 1º de abril, os artigos deverão ser encaminhados à Comissão Editorial, através do endereço eletrônico debates@pcdob.org.br que as fará publicar em uma área especial na página do PCdoB na internet (www.pcdob.org.br). Os artigos também poderão ser enviados à sede do Partido, situado na Alameda Sarutaiá, 185, Jardins, cep: 01403-010, São Paulo — SP;

27 Todos os artigos serão publicados pela ordem de chegada com o limite de 31 de maio e serão consolidados em Cadernos de Debates editados e publicados pelo Comitê Central para o conjunto da militância. Cada militante terá direito a até três artigos;

28 A Tribuna de Debates destina-se exclusivamente à exposição de opiniões individuais dos militantes e seus artigos devem conter a assinatura e local de sua militância partidária;

29 Como órgão de discussão da Conferência Nacional, a Tribuna de Debates somente publicará artigos estritamente relacionados ao tema da Conferência. Não serão aceitos os que usarem termos de baixo calão, ofensas pessoais ou ataques ao Partido. Poderão ser em até 3 (três) laudas jornalísticas (4.200 caracteres, incluindo os espaços);

30 A Comissão Editorial considerando algum artigo suscetível de alteração por contrariar o presente regulamento, devolverá ao autor com as observações pertinentes para que o mesmo proceda às modificações. Caso o autor persista na redação inicial, caberá à Comissão Editorial, a decisão sobre a publicação do artigo;

31 Das decisões da Comissão Editorial cabe recurso ao Secretariado Nacional, Comissão Política Nacional e ao pleno do CC.

São Paulo, 23 de março de 2003
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

Instrumento da unidade comunista

CARLOS POMPE

No Dia do Trabalhador de 1925, os comunistas brasileiros lançaram a primeira edição do jornal **A Classe Operária**, que no próximo dia 1º completa 78 anos de existência. Uma publicação sintonizada com a melhor tradição da imprensa revolucionária socialista. Colocá-la em novo patamar, que corresponda às necessidades atuais do Partido Comunista do Brasil, é o desafio apresentado ao coletivo nesta 9ª Conferência Nacional do PCdoB, que tem sua plenária final marcada para 26, 27, 28 e 29 de junho.

O objetivo de **A Classe Operária**, órgão do Comitê Central, é fortalecer a unidade ideológica e de organização do Partido, ser instrumento de combate à confusão ideológica e ao praticismo, demarcando a atuação comunista e seu conteúdo. Trata-se de instrumento da direção nacional, colocado a serviço de formar uma organização forte e coesa, um Partido que tem por meta dirigir a luta da classe operária e demais trabalhadores pela emancipação social e política e pela construção da sociedade socialista.

O jornal como unificador político

“Para os operários conscientes não existe tarefa mais importante que a de compreender o significado de seu movimento e conhecê-lo com exatidão”, ensinou Lenin. A **A Classe Operária** é um empreendimento partidário geral, utilizado para unir e unificar as fileiras partidárias. Propaga o caminho e lemas da luta revolucionária, o espírito de devoção aos princípios revolucionários, a defesa do método dialético materialista, a análise marxista da realidade. As questões importantes que digam respeito à vida do Partido e dos trabalhadores, da política interna e externa estão presentes. No campo teórico, preserva a concepção revolucionária e polemiza com outras correntes de pensamento. Expõe de maneira sistemática e com todas as deduções práticas as idéias do marxismo. Forja a unidade ideológica do PCdoB. No campo político, unifica as fileiras em torno de nosso programa, das finalidades e táticas partidárias e dos métodos de condução das atividades práticas.

Em toda a edição há um artigo do presidente do Partido, Renato Rabelo, ou um documento do Comitê Central atualizando a análise da situação nacional, destacando aspectos centrais da política partidária e o posicionamento dos comunistas diante da conjuntura. Há, também, artigo do secretário de Relações Internacionais e vice-presidente do Partido, José Reinaldo Carvalho, analisando a conjuntura internacional ou notícias sobre acontecimentos de destaque no mundo. Esses artigos alimentam a pauta das reuniões e conversações partidárias.

Em 24 horas se pode modificar a tática de agitação sobre alguma questão especifi-



Ato do 1º de Maio de 1925, Rio, quando começou a circular **A Classe Operária**



Edição da Classe de setembro de 1928

ca, se pode modificar a tática de realização de algum detalhe de organização do Partido. **A Classe Operária** trabalha para ter o Partido sempre atilado, pronto para o combate; uma organização forte, apta para a luta política em qualquer circunstância e qualquer período, com atividade sistemática, baseada em princípios firmes, aplicados rigorosamente. Um Partido preparado para flexões táticas ágeis.

O jornal é um instrumento prático para unificar o Partido, um fio fundamental para desenvolver, aprofundar e ampliar a influência dos comunistas, que pode chegar mesmo ao militante que não tenha acesso à Internet (Portal Vermelho) e outros meios de comunicação partidária. Desenvolve propaganda e agitação fiéis aos princípios e extensivas a todos os aspectos da atividade partidária. O interesse pela política e pela

possibilidade de construir um novo mundo abrange camadas cada vez mais amplas da população. **A Classe Operária** propicia um trabalho regular e geral de agitação e propaganda. Pode ser a medida da solidez com que o Partido está atuando, coordenando nossa influência sobre o povo e o governo.

É um antídoto ao trabalho localizado, de horizonte limitado, isolado, vacilante, instável. Serve para fecundar o movimento revolucionário, despertar a consciência política e fornecer conhecimentos e análises políticas. Fica evidente, por si só, que tarefa de tal magnitude não ocorrerá espontaneamente, mas tem que ser planejada e controlada pelas direções partidárias.

Instrumento de trabalho das OBs

A Classe Operária deve estar estreitamente ligada a todos as Organizações de Base. Em torno do jornal deve ser formada uma rede de militantes e colaboradores que forneça material, distribua e estabeleça contato com os trabalhadores. Como escreveu Lenin, “um jornal não é apenas um agitador propagandista de massa, mas também um organizador coletivo”. O órgão central deve ser utilizado nas reuniões do Partido e dos militantes com suas áreas de influência e atuação, pautando o conteúdo das assembleias das OBs e ativistas, combatendo o espontaneísmo e sendo instrumento de conscientização.

O jornal não se limita a difundir as idéias, a educar politicamente e a atrair aliados políticos. Não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo. “Neste sentido – diz Lenin – pode ser comparado aos andaimes que se levantam ao

redor de um edifício em construção, que desenham seus contornos, facilitam as relações entre os diferentes construtores, os ajudam a distribuir o trabalho e a observar os resultados gerais alcançados pelo trabalho organizado”.

Através do jornal e na relação com ele se irá realizando um trabalho geral regular, que habitue seus membros a seguir atentamente os acontecimentos políticos, a apreçar seu significado e elaborar os meios adequados para que o Partido influencie nestes acontecimentos. A tarefa de garantir a sustentação financeira do jornal, de fornecer informações e garantir sua difusão periódica já leva a que os militantes mantenham permanentes relações entre si, que conheçam o estado geral das coisas, que se acostumem a cumprir sistematicamente as funções parciais de um trabalho realizado em todo o país e que provem suas forças na organização de distintas ações políticas. Estes militantes só poderão trabalhar eficazmente estando vinculados aos comitês locais do Partido. Assim preparada, a militância poderá desenvolver suas atividades em todas as circunstâncias e em todas as “viradas” e situações inesperadas.

O jornal deve trazer as denúncias da exploração realizada nas fábricas e nos campos, noticiar os movimentos dos trabalhadores e dos setores populares no sentido de construir uma nova sociedade, a exposição

de princípios das tarefas do movimento operário e popular desde o ponto de vista marxista e socialista e a orientação fundamental indicada pelo Partido, refletir a atuação da militância partidária e das frentes de trabalho institucional, parlamentar e do movimento sindical e popular.

Para garantir a abordagem desses assuntos nas páginas do órgão central, são imprescindíveis a colaboração e correspondência dos militantes e amigos, enviando matérias e cartas. Te-

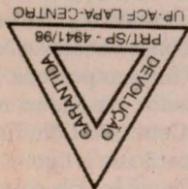
mos que conseguir que os leitores da **Classe** estejam mais organizados nas fábricas, nas frentes de luta etc., que colaborem com maior atividade como correspondentes, na organização do jornal, em sua difusão.

A Classe Operária não se contrapõe a publicações dos comitês regionais e municipais destinadas a públicos mais amplos e nem ao material disponibilizado no Portal Vermelho. Ela é destinada aos setores mais avançados do Partido, infundindo-lhes fé em suas forças, impulsionando suas atividades, ajudando-os a elevar o nível de sua consciência plena. Não é possível enumerar tudo o que é necessário fazer, enunciar os principais ramos, todas as esferas do trabalho com o jornal. As iniciativas e a criatividade do coletivo partidário certamente multiplicarão as potencialidades do órgão central do PCdoB.



Edição com teses da 9ª Conferência

IMPRESSO



CEP 01403-010 - São Paulo - SP
Alameda Sarutaiá, 185 - Jardim Paulista
Tel.: (11) 3054 1800
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois